

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Tadeu Leite – MDB
1ª-Vice-Presidente: deputada Leninha – PT
2º-Vice-Presidente: deputado Duarte Bechir – PSD
3º-Vice-Presidente: deputado Betinho Pinto Coelho – PV
1º-Secretário: deputado Gustavo Santana – PL
2º-Secretário: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
3º-Secretário: deputado João Vítor Xavier – Cidadania

SUMÁRIO

1 – ATAS

- 1.1 – 4ª Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 20ª Legislatura
- 1.2 – 5ª Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 20ª Legislatura
- 1.3 – Comissões

2 – ORDEM DO DIA

- 2.1 – Comissão

3 – TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

4 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATAS

ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 12/2/2025

Presidência da Deputada Leninha e do Deputado Leleco Pimentel

Sumário: Comparecimento – Abertura – 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata – Correspondência: Ofícios – 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Projetos de Lei nºs 3.250, 3.307, 3.312, 3.313 e 3.315/2025 – Requerimentos nºs 9.910, 9.921, 9.923, 9.931, 9.932 e 9.934 a 9.939/2025 – Comunicações: Comunicações dos deputados Cassio Soares, Noraldino Júnior, Ulysses Gomes e Bruno Engler; Ricardo Campos; Ulysses Gomes; Cassio Soares e Gustavo Valadares – Oradores Inscritos: Discursos dos deputados Cristiano Silveira, Leleco Pimentel, Sargento Rodrigues, Caporezzo e Doutor Jean Freire – Registro de Presença – 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Abertura de Inscrições – Decisão da Presidência (4) – Leitura de Comunicações – Encerramento.

Comparecimento

– Comparecem as deputadas e os deputados:

Leninha – Duarte Bechir – Gustavo Santana – Adalclever Lopes – Adriano Alvarenga – Ana Paula Siqueira – Andréia de Jesus – Arnaldo Silva – Beatriz Cerqueira – Bella Gonçalves – Betão – Bim da Ambulância – Bosco – Bruno Engler – Caporezzo – Cassio Soares – Celinho Sintrocel – Charles Santos – Chiara Biondini – Coronel Henrique – Cristiano Silveira – Delegada Sheila – Delegado Christiano Xavier – Doorgal Andrada – Doutor Jean Freire – Doutor Paulo – Doutor Wilson Batista – Elismar Prado – Grego da Fundação – Hely Tarquínio – Ione Pinheiro – João Junior – João Magalhães – Leleco Pimentel – Leonídio Bouças – Lincoln Drumond – Lucas Lasmar – Luizinho – Maria Clara Marra – Mário Henrique Caixa – Marli Ribeiro – Marquinho Lemos – Mauro Tramonte – Nayara Rocha – Noraldino Júnior – Oscar Teixeira – Professor Cleiton – Rafael Martins – Sargento Rodrigues – Tito Torres – Ulysses Gomes – Vitorio Júnior – Zé Guilherme – Zé Laviola.

Abertura

A presidenta (deputada Leninha) – Às 14h14min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte**1ª Fase (Expediente)****Ata**

– A deputada Bella Gonçalves, 2º-secretária *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Correspondência

– O deputado Betão, 1º-secretário *ad hoc*, lê a seguinte correspondência:

OFÍCIOS

Ofício nº 041/2025 – PGJMG/CAOSAÚDE/CAOSAÚDE-SEC, do Ministério Público de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 8.529/2024, da Comissão de Saúde. (– Anexe-se ao Requerimento nº 8.529/2024.)

Ofício da Secretaria de Estado de Saúde, prestando informações relativas ao Requerimento nº 9.072/2024, da Comissão de Saúde. (– Anexe-se ao Requerimento nº 9.072/2024.)

Ofício da Secretaria de Estado de Saúde, solicitando prorrogação do prazo para prestação de informações relativas ao Requerimento nº 9.072/2024. (– Prorrogado o prazo, nos termos do art. 7º da Deliberação da Mesa nº 2.738/2020.)

2ª Fase (Grande Expediente)**Apresentação de Proposições**

A presidenta – A presidência passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

– Nesta oportunidade, são encaminhadas à presidência as seguintes proposições:

PROJETO DE LEI Nº 3.250/2025

Autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itaúna o imóvel que especifica.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Itaúna imóvel com área de 1.180m² (mil cento e oitenta metros quadrados), e respectivas benfeitorias, situado na localidade da Praça Dr. Augusto Gonçalves, nesse município, registrado sob o nº 9.084, a fls. 84 do Livro 2-AN, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Itaúna.

Parágrafo único – O imóvel a que se refere o *caput* deste artigo se destina para implantação da Secretaria de Segurança Pública e órgãos municipais afetos à pasta.

Art. 2º – O imóvel de que trata esta lei reverterá ao patrimônio do Estado se, findo o prazo de três anos contados da lavratura da escritura pública de doação, não lhe tiver sido dada a destinação prevista no parágrafo único do art. 1º.

Art. 3º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 22 de janeiro de 2025.

Mauro Tramonte (Republicanos), presidente da Comissão Extraordinária de Turismo e Gastronomia.

Justificação: O referido imóvel estabelece a Delegacia de Polícia daquele município, que está de mudanças para outro endereço na mesma cidade.

Considerando, que o Município de Itaúna precisa do imóvel para implantação da Secretaria de Segurança Pública e seus órgãos afetos, é justo o pleito pela doação do imóvel, para que possa desempenhar satisfatoriamente as atividades da administração pública municipal com o interesse coletivo.

Por tais motivos, solicito respeitosamente o apoio dos meus nobres pares para a aprovação desta proposição.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Administração Pública para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.307/2025

Autoriza o Poder Executivo a fazer reverter ao Município de Itaúna o imóvel que especifica.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica o Poder Executivo autorizado a fazer reverter ao Município de Itaúna o imóvel constituído de um lote de terreno com área de 990m² (novecentos e noventa metros quadrados), situado nesse município e registrado sob o nº 13.893, a fls. 30 do Livro 3-S, no Cartório de Registro de Imóveis de Itaúna.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 7 de fevereiro de 2025.

Mauro Tramonte (Republicanos)

Justificação: O imóvel de que trata o art. 1º deste projeto foi doado ao Estado para que ali se construísse o prédio da cadeia local, tendo sido a escritura pública de doação levada a registro em 23/12/1953, assim como a autorização da Lei Municipal nº 140, de 1952.

Considerando-se a iminente inauguração do Presídio de Itaúna, o qual deverá abrigar os encarcerados localizados na Cadeia Pública local, é de interesse do Município de Itaúna a implantação de uma unidade de saúde no imóvel objeto desta proposição.

Diante disso, requer o apoio dos E. Pares, para a aprovação deste projeto de lei.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Administração Pública para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.312/2025

Institui o Programa de Incentivo e Apoio à Vitivinicultura no Estado de Minas Gerais.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica instituído o Programa de Incentivo à Vitivinicultura no Estado de Minas Gerais, com o objetivo de promover o desenvolvimento da vitivinicultura mineira, incentivar a produção de vinhos e apoiar a comercialização dos produtos.

Parágrafo único – A coordenação e execução do Programa de Incentivo à Vitivinicultura será desenvolvida pela Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais – Seapa – e suas coligadas.

Art. 2º – São objetivos do Programa de Incentivo à Vitivinicultura:

I – fomentar o desenvolvimento sustentável da vitivinicultura, promovendo a modernização e a competitividade do setor;

II – estimular a produção, a industrialização e a comercialização de uvas e seus derivados, com vistas à valorização da cadeia produtiva;

III – incentivar a adoção de boas práticas agrícolas e industriais, garantindo a qualidade e a segurança sanitária dos produtos;

IV – incentivar a pesquisa, a inovação tecnológica e a capacitação profissional dos trabalhadores do setor;

V – fomentar a criação de mecanismos de apoio financeiro e tributário para os produtores e indústrias do setor;

VI – articular ações integradas entre o Poder Público, o setor produtivo e instituições de ensino e pesquisa, para aprimoramento da vitivinicultura no Estado.

Art. 3º – Com vistas à consecução dos objetivos previstos no art. 2º, o Poder Público poderá adotar, entre outras, as seguintes medidas:

I – prestação de assistência técnica e capacitação dos pequenos e médios produtores rurais do setor vitivinícola;

II – abertura de linhas de crédito junto ao Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais – BDMG – para o financiamento de pequenos e médios viticultores para aquisição de insumos e tecnologias;

III – criação de selo de qualidade para os vinhos produzidos em Minas Gerais que assegure ao consumidor a procedência e a excelência do produto;

IV – desenvolvimento de ações, como cursos e *workshops*, com fins de capacitação profissional sobre técnicas de vitivinicultura, enologia, aspectos gerenciais e de comercialização;

V – promoção de eventos regionais, estaduais e nacionais que valorizem o vinho e a cultura vitivinícola;

VI – inclusão dos produtos oriundos da vitivinicultura na plataforma “É do Campo” (www.edocampo.com.br), da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais – Emater – MG;

VII – criação de convênios com instituições de pesquisa para o desenvolvimento de novas cultivares de uva, mais adaptadas às diversas regiões do Estado;

VIII – criação de mecanismos que propiciem tratamento tributário diferenciado, para fomentar a produção e atrair indústrias de produtos derivados de vinho;

IX – desenvolvimento de sistema de informação de mercado, interligando entidades públicas, empresas, cooperativas e associações de produtores, com vistas a subsidiar o processo de tomada de decisão dos agentes envolvidos na cadeia produtiva da viticultura;

X – destinação de recursos para a pesquisa e a inspeção sanitária na cadeia produtiva da viticultura.

Art. 4º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 10 de fevereiro de 2025.

Antonio Carlos Arantes (PL) – Roberto Andrade (PRD) – Rodrigo Lopes (União)

Justificação: O projeto de lei de incentivo e apoio à vitivinicultura é uma importante ferramenta para revitalizar e fortalecer a vitivinicultura local. Além de gerar emprego e renda, o projeto promove a cultura, a tradição e a sustentabilidade, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social das comunidades envolvidas. Ao valorizar a produção, o projeto também incentiva o consumo consciente e a valorização dos produtos locais, formando um ciclo virtuoso que beneficiará tanto os produtores quanto os consumidores.

A viticultura e a vinicultura são uma atividade de grande relevância econômica, social e cultural, contribuindo significativamente para o desenvolvimento rural, a geração de emprego e renda e a valorização do patrimônio histórico e ambiental. Minas Gerais, com suas diversas regiões vinícolas, possui um potencial ainda pouco explorado, sendo essencial implementar medidas que incentivem o crescimento sustentável deste setor, especialmente dos pequenos e médios produtores de vinho.

O presente projeto de lei é uma iniciativa abrangente e estratégica, que visa não apenas o fortalecimento da produção de uvas e vinhos em Minas Gerais, mas também confirma a importância dessas atividades como um fator econômico, cultural e social, e busca implementar medidas que proporcionem um ambiente favorável para os produtores locais.

Objetivos:

1. Apoio Técnico e Capacitação: Um dos pilares do projeto é a oferta de assistência técnica especializada. Serão promovidos cursos, *workshops* e treinamentos focados em práticas vitícolas sustentáveis, técnicas de vinificação e gestão de negócios. Essa capacitação ajudará os viticultores a aprimorar a qualidade de seus produtos, garantindo que possam competir em um mercado cada vez mais exigente.

2. Promoção da Produção Local: O projeto prevê a realização de feiras, festivais e eventos que celebrem o vinho artesanal, permitindo que os produtores locais apresentem seus produtos ao público. Além disso, será inovadora uma plataforma digital que conectará produtores e consumidores, facilitando a comercialização direta e promovendo os vinhos em nível nacional e internacional.

3. Sustentabilidade e Práticas Ambientais: Um foco importante do projeto é a promoção de práticas agrícolas sustentáveis. Isso inclui incentivos para o uso de técnicas de cultivo que respeitem o meio ambiente, como a agricultura orgânica e agroecológica. O projeto também incentivará a preservação do solo e da biodiversidade, contribuindo para a saúde do ecossistema local.

4. Proteção da Identidade e Denominação de Origem: Para garantir a preservação dos vinhos mineiros, o projeto propõe a criação de mecanismos que protejam as denominações de origem. Isso inclui a certificação de produtos que atendem a critérios específicos de qualidade e produção. A proteção da identidade dos vinhos locais é fundamental para preservar a cultura e a tradição vitivinícola de cada região.

5. Fomento à Pesquisa e Inovação: O projeto também prevê uma parceria com instituições de pesquisa e universidades para o desenvolvimento de novas tecnologias e práticas agrícolas. Isso permitirá que os produtores tenham acesso a soluções inovadoras que possam melhorar a produtividade e a qualidade do vinho, além de promover a pesquisa sobre variedades de uvas adaptadas ao clima e apenas locais.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, de Agropecuária, de Desenvolvimento Econômico e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.313/2025

Autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Três Corações o imóvel que especifica.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Três Corações o imóvel com área de 840,88m² (oitocentos e quarenta metros e oitenta e oito décimos quadrados), composto de prédio de um pavimento térreo e um superior, com área construída de 578,60m², situado à Avenida Getúlio Vargas, 154, centro, neste município, e registrado sob o nº 3.192, à fls. 219 do Livro 2-J, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Três Corações.

Parágrafo único – O imóvel a que se refere o *caput* deste artigo se destina ao funcionamento do UAICompartilha.

Art. 2º – O imóvel de que trata esta lei reverterá ao patrimônio do Estado se, findo o prazo de cinco anos contados da lavratura da escritura pública de doação, não lhe tiver sido dada a destinação prevista no parágrafo único do art. 1º.

Art. 3º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 11 de fevereiro de 2025.

Chiara Biondini (PP), vice-líder do governo.

Justificação: Situado à Avenida Getúlio Vargas, 154, centro, município de Três Corações, o imóvel cuja doação se pretende será utilizado para implantação e funcionamento do posto de atendimento do UAICompartilha, do modo a facilitar e dinamizar os atendimentos da população de Três Corações e região.

Conforme a Certidão de Inteiro Teor expedida pelo Serviço Registral de Imóveis da Comarca de Três Corações, (doc. Anexo), na qual consta a seguinte transcrição, *in verbis*: “R.2-3.192-13/novembro/2001. Conforme requerimento assinado pelo Secretário de Estado Mauro Santos Ferreira, datado de 15/10/2001, instruído com cópias dos Decretos nºs 40.188/98, 39.835/98, para constar a transferência do imóvel desta matrícula ao patrimônio do ESTADO DE MINAS GERAIS, tendo em vista a extinção da Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais – Minas Caixa. Dou fé. O Oficial. Marco Antônio Fonseca e Lemos”. O referido é verdade, dá fé. Cidade de Três Corações, 05 de fevereiro de 2025. O Oficial de Registro: Denise Maria Soares”.

Nessas condições, é justo o pleito do município de Três Corações pela doação do imóvel, para que possa desempenhar satisfatoriamente suas atividades junto à sua população.

Diante do exposto, e em conformidade com a legislação vigente, conto com o apoio dos nobres pares desta Casa Legislativa para aprovação deste projeto.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Administração Pública para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.315/2025

Autoriza a prioridade de pessoas em tratamento oncológico na marcação de exames e consultas no Sistema Único de Saúde – SUS – no Estado de Minas Gerais.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica autorizada a prioridade de marcação de exames e consultas no Sistema Único de Saúde – SUS – no Estado de Minas Gerais pessoas em tratamento oncológico.

Art. 2º – Para poder utilizar esse benefício a pessoa com câncer pode comprovar a sua condição com o laudo médico emitido por profissional ou instituição de saúde credenciada pelo SUS ou da rede privada.

Art. 3º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 11 de fevereiro de 2025.

Doutor Paulo (PRD)

– Semelhante proposição foi apresentada anteriormente pelo deputado Arlen Santiago. Anexe-se ao Projeto de Lei nº 4.417/2017, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno.

REQUERIMENTOS

Nº 9.910/2025, da deputada Andréia de Jesus, em que requer a interrupção dos trabalhos ordinários e a destinação da primeira parte da reunião para homenagear o Sr. José Ferreira Veloso pela relevante atuação por quase 55 anos na Charanga do Galo, considerando seu falecimento em viagem em dezembro de 2024.

Nº 9.921/2025, do deputado João Junior e outros, em que requerem a convocação de reunião especial para homenagear Odelmo Leão Carneiro Sobrinho pela brilhante trajetória pública e pelo êxito de seu mandato como prefeito de Uberlândia.

Nº 9.923/2025, da deputada Leninha e outros, em que requerem a convocação de reunião especial para homenagear o cantor e compositor Milton Nascimento pelo conjunto da sua obra e por tudo o que ele representa para a cultura de Minas Gerais e do Brasil.

Nº 9.931/2025, da deputada Leninha, em que requer seja formulada manifestação de pesar pelo falecimento de Adão Nascimento Laudelino, ocorrido em 2/2/2025. (– À Comissão de Agropecuária.)

Nº 9.932/2025, da deputada Leninha, em que requer seja formulada manifestação de pesar pelo falecimento de Humberto Guimarães Souto. (– À Comissão de Administração Pública.)

Nº 9.934/2025, da deputada Lohanna, em que requer seja formulada manifestação de apoio ao Postalis, o instituto de previdência complementar dos empregados dos Correios, pelos prejuízos decorrentes de má gestão financeira feita pelo banco estadunidense BNY Mellon, que nega sua responsabilidade por essa gestão e se recusa a buscar soluções para a recomposição do patrimônio do sistema previdenciário dos Correios, configurando situação de lesão ao erário e ameaça ao direito à aposentadoria dos empregados dessa empresa. (– À Comissão do Trabalho.)

Nº 9.935/2025, do deputado Mauro Tramonte e outros, em que requerem a convocação de reunião especial para homenagear a Santa Casa de Poços de Caldas pelos 120 anos de sua fundação.

Nº 9.936/2025, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais civis que participaram da operação, realizada em 18/12/2024, em Belo Horizonte, que resultou na prisão em flagrante de um indivíduo de 32 anos por divulgar e armazenar fotos e vídeos de cunho sexual envolvendo adolescentes. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 9.937/2025, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que participaram da operação, realizada em 9/12/2024, em Itamarandiba, que resultou na prisão em flagrante de dois autores do crime de tráfico de drogas e na apreensão de armas de fogo, munições e substâncias entorpecentes. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 9.938/2025, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao presidente da Fundação Educacional Caio Martins – Fucam – e à coordenadora do Centro Educacional de Esmeraldas – CEE – pedido de informações, acompanhado de registros fotográficos, sobre as despesas com investimento e custeio nessa unidade da Fucam, nos últimos cinco exercícios financeiros, já que as imagens denotam o abandono em que se encontram as instalações do referido centro educacional; bem como sobre as medidas adotadas para revitalização e manutenção do CEE. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 9.939/2025, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à coordenadora do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado e ao coordenador do Centro de Apoio Operacional das Promotorias Criminais, de Execução Penal, do Tribunal do Júri e da Auditoria Militar pedido de informações sobre demanda remetida aos referidos órgãos pelo procurador-geral de justiça, como desdobramento do Requerimento nº 9.703/2024, que solicita providências semelhantes às constantes do Ofício nº 454/2024. (– À Mesa da Assembleia.)

Comunicações

– São também encaminhadas à presidência comunicações dos deputados Cassio Soares, Noraldino Júnior, Ulysses Gomes e Bruno Engler; Ricardo Campos; Ulysses Gomes; Cassio Soares e Gustavo Valadares.

Oradores Inscritos

O deputado Cristiano Silveira – Cara presidenta, colegas e público presente, quero cumprimentar todos os colegas pelo nosso retorno às atividades, com as nossas comissões instaladas e as lideranças definidas e fazer um agradecimento ao nosso bloco, um agradecimento aos parlamentares que compõem o nosso bloco, ao Professor Cleiton e a todos os deputados pela oportunidade de poder estar, neste biênio, representando o nosso time como líder da nossa Minoria. Nós temos aqui o compromisso de continuar

fazendo um bom debate, o compromisso de construir as pautas que ajudam o povo de Minas Gerais, mas também o compromisso de permanecer fiscalizando as ações do governo que, lamentavelmente, tem deixado a desejar ao conjunto da nossa população.

Quero aproveitar para cumprimentar o vereador eleito, agora vereador empossado de Montes Claros, Eduardo Preto, desejar-lhe um bom mandato e dizer que tem o nosso compromisso para ajudar na atuação parlamentar da cidade de Montes Claros. Aproveitando, Eduardo, que você está aqui, é importante que leve algumas mensagens ao povo de Montes Claros do que está acontecendo em Minas Gerais. Primeiro, eu quero dizer que fiquei estarecido com um vídeo que circula do governador mastigando uma banana com casca, deputado Betão.

A política está virando um circo. Está virando o vale-tudo para viralizar na internet. O vale-tudo para ter um *like*. O vale-tudo para ter uma curtida. O governador que, para mim, parecia o governador zé da manga, pois estava lá apanhando manga, agora é o zé banana também, porque, para tentar fazer uma crítica ao governo do presidente Lula, ele utiliza das coisas mais bizarras. Gente, eu não entendo, sinceramente não quero acreditar que o povo de Minas Gerais está aplaudindo esse tipo de ação, esse tipo de ato. A postura de governador não pode ser de ficar banalizando as coisas, ridicularizando as coisas para ganhar um videozinho: “Estou mastigando banana com casca. O nutricionista falou que faz bem. Podem mastigar banana com casca por causa dos preços altos.” Espera aí. Espera aí, estou entendendo que Minas Gerais não tem problema nenhum.

Sabem o que o governador deveria estar fazendo? Gravando vídeo para anunciar que vai resolver o problema das estradas em Minas Gerais, porque há problema de estrada neste estado que, desde o seu primeiro dia como governador no primeiro mandato, não foi resolvido. Eu já denunciei a situação da estrada de Santa Bárbara do Tugúrio como exemplo, mas poderia citar várias outras. Ele deveria estar gravando vídeo para falar que vai discutir a valorização do servidor, porque nós já falamos aqui que nem a recomposição da inflação ele deu aos servidores, enquanto deu para si próprio 300% de aumento e para o seu secretariado. Ele deveria estar gravando vídeo para falar que vai acabar com filas de cirurgia e exame em Minas Gerais, que vai acabar de construir os hospitais regionais em Minas Gerais, que vai deixar as pessoas terem acesso a medicamento, porque o povo está tendo que judicializar.

Nós, deputados e todo mundo desta Casa... que levante o primeiro que disser que estou mentindo, se não recebe direto e reto no seu WhatsApp pedido de transferência, pedido de cirurgia para poder dar um jeito, pois há alguém que está esperando há anos. Enquanto o povo sofre com essas coisas, o governador comédia, porque ele é o governador comédia, o zé da manga ou o zé banana fica fazendo gracinha na internet. Eu acho engraçado que este governador que pega a banana e faz o vídeo da banana para poder fazer uma crítica às condições dos preços do nosso país é o mesmo que se lambuza dos *buffets* de mais de R\$4.000.000,00. É só olhar o que está no orçamento que nós votamos. É só olhar o que está sendo executado: camarão, filé, *drinks*. Ele está lá se fartando de regalias enquanto quer ser solidário ao povo, porque está dizendo que os preços estão altos. É ridículo, é ridículo, é uma vergonha. Minas Gerais tem que dizer que nós temos vergonha da situação a que chegamos, da situação a que chegamos.

Olha, o presidente Lula chegou ao ponto de dizer o seguinte: “Nós temos um problema”. Ele reconhece. “É o preço dos alimentos.” O ministro Haddad tem dito que vamos buscar medidas para poder solucionar. Entre outras coisas, há perspectivas da melhora da safra para este ano que vai nos ajudar no abastecimento dos alimentos, o que força o preço para baixo. Temos o problema do dólar alto que também impactou. E temos que saber quem sabotou a equação do câmbio, porque isso acaba impactando, não é verdade? Mas é claro que há também aquilo que pode ser feito da parte da própria população para ajudar na questão dos preços ou aqui em Belo Horizonte, se eu vou no supermercado A e está mais caro que no supermercado B, eu não vou comprar no A. Ou a gente desconhece agora a chamada lei da oferta e da procura? O que diz a lei da oferta e da procura: quando a procura é maior do que a oferta, o preço sobe; quando a oferta é maior do que a procura, o preço cai. Acho engraçado que a turma do gado, a “gadaiada”, começa a tentar fazer críticas ao presidente Lula. Um dos líderes dos gados, da “gadaiada”, a “Nikole”, também gravou um vídeo criticando o presidente Lula por essa questão. A “gadaiada” se esquece do que dizia Jair Bolsonaro quando era presidente da

República, quando tudo estava caro. Vamos ouvir o Jair Bolsonaro, para a “gadaiada” parar de subir aqui e falar bobagem? (– Aproxima o celular do microfone para reprodução de áudio.)

Então, assim, tomar banho um dia sim, um dia não; tomar banho frio; só comer menos; fazer cocô dia sim, dia não. E aí a “gadaiada” acha que tem moral para fazer uma crítica quando o presidente Lula fala, de forma séria, aquilo que a gente entende na lógica da economia, que é o controle da chamada lei da oferta e da procura. Nós podemos fazer a nossa parte. Pelo menos, lá em casa, eu e minha esposa fazemos pesquisa de preço quando vamos ao supermercado. Onde está mais barato? Qual produto está mais em conta? Ou a economia familiar não existe mais? Você entendeu? Esses caras vivem no mundo da fantasia. Para um deputado como o Nikolas, é muito fácil falar isso. Com o salário que ele tem, dá para comprar o que ele quiser, com o preço mais caro, em qualquer rede. Então não, não venham subir aqui para falar bobagem, que nós vamos desmentir. Nós vamos estabelecer aqui as coisas do jeito que elas são.

Eu queria continuar falando sobre essa questão do governador banana. O governador banana não deu um pio com relação à taxaço do aço. Na verdade, não vi o governador banana, nem o deputado Nikolas, nem ninguém que foi lambar as botas do Trump, os bajuladores de Donald Trump. Aí o Trump põe uma (– Faz gesto.) desse tamanho assim, nas nossas costas. Isso vai prejudicar a economia brasileira e, como consequência, Minas Gerais, que é um grande Estado exportador. E aí o governo está dizendo: “Não, nós queremos discutir, na lógica da reciprocidade, mas também na relação comercial, soluções e saídas”.

Alguém viu aqui os bajuladores de Trump, que foram lá, puseram o bonezinho, passaram frio, ficaram longe da posse, porque nem perto da posse chegaram? Isso foi uma vergonha com o dinheiro público. Temos até que saber como é que está sendo isso, porque foi gasto dinheiro público. Eles ficaram lá longe, no frio, isolados. Ai, Trump, Trump, Trump. Ah, é, seus babacas? Vejam aí taxaço sobre o aço brasileiro, para vocês deixarem de ser trouxas! Alguém viu vídeo do Nikolas? Alguém viu vídeo do Zema? Aí o Zé Banana, em vez de falar do problema que vai impactar Minas, que é a taxaço sobre o aço, e dos problemas de Minas Gerais que são sérios e concretos, fica fazendo gracinha na internet.

Quero dizer para você, que está assistindo à reunião e que acompanha esse sujeito na internet, que ficar batendo palma para isso é continuar banalizando a política e não exigindo que se dê resposta concreta, prática e séria aos problemas que são sérios. Vamos sair do mundo da internet, do mundo da fantasia, e começar a ter postura de gente séria, porque pagamos impostos, e não são poucos, para sermos pouco exigentes com as ações dos governantes.

Agora, mais um. Deixem-me mostrar para vocês o que recebi aqui. Querem ver? (– Aproxima o celular do microfone para reprodução de áudio.) Não preciso colocar o restante do áudio. Olha, é o governo ineficiente e o Estado diferente, que não respeita o servidor, não respeita o direito do servidor, não respeita o direito do trabalhador. Esse trabalhador está dizendo: “Um ano e dois meses aguardando a publicação da aposentadoria”. Existem servidores que estão esperando há dois anos ou mais a publicação da aposentadoria. É direito, e não favor! Enquanto isso, o zé banana fica mastigando banana na internet para ganhar *like*, para ganhar *like*. Estou indignado, viu, gente? Sinceramente, como deputado do Estado de Minas Gerais, que representa mais de nove mil eleitores e a população como um todo, tenho certeza de que, assim como eu e os meus eleitores, boa parte do povo de Minas Gerais está envergonhada. Ele deixou de governar para tentar virar *youtuber*, tentar virar *tiktoker* e tentar ficar “lacrando” na internet. Ah, pelo amor de Deus! Sinceramente! A que ponto chegamos!

Então é isso o que eu queria trazer no dia de hoje. Resumindo: um estado que está descarrilhado; um estado que está com problemas na saúde, na educação, na segurança, na infraestrutura e que tem um governador comédia; um estado que tem um governador que não se importa com as grandes questões; um estado que já teve grandeza, importância, relevância e protagonismo no cenário político nacional. Hoje temos que viver com isso, ou seja, com a ridicularização da política do Estado de Minas Gerais. Quando não é o senador, é o governador; quando não é o senador ou o governador, é o deputado mais votado, o deputado mais votado. Vejam o que virou! Está na hora de a gente voltar a uma política mais séria; está na hora de a gente voltar a ter mais sobriedade e

parar com isso. Está todo o mundo querendo ficar encantado, virar artista de internet, mas não quer ser político, gestor ou resolutivo para os problemas concretos da população do nosso estado.

Quero chamar-lhes a essa reflexão e vou fazer esse tipo de cobrança sempre que a gente vir esse tipo de comédia começar a acontecer. É o zé da manga, é o zé banana! Ah, não! Leleco, como a gente faz? Com coroa e tudo, não é? Ou comer o abacaxi ou mastigar um pequi, que é uma fruta mais nossa, não é? Podia mastigar um pequi para ver como é a situação.

Então, gente, nós temos que voltar a ter um mínimo de civilidade, um mínimo de respeito com as pessoas. Estou muito preocupado agora. Imaginem que eu chegue à tribuna e comece a dar cambalhota, pirueta para trás e dois mortais, xingue meia dúzia de pessoas, finja que estou indignado e grave um vídeo. Aí, depois que eu gravar o vídeo, perguntarei: “E aí? Vocês gostaram? Ficou bom o vídeo, não é? Ficou legal, não é? Vamos ver se a gente ganha uns *likes* aqui, umas curtidas”. Ora, nós somos deputados, e o outro é governador, senador. É para fazer gestão a fim de resolver problema, para entender os problemas, para propor solução, para cobrar as soluções. “Ah, você vai perder a eleição se não incorporar esse personagem”. Não há problema. Não abro mão do que acho que é princípio, valor e respeito para com a sociedade, ou seja, parar com essas pirotecnias, com as cambalhotas, com o circo que se instaurou na política para conseguir viralizações. Então, largue a política, vá ser *youtuber*, vá ensinar receita de banana ou de manga, vá ensinar receita nutricional: “Olha, é bom comer banana com casca; faz bem”. Então, largue a política, deixe a política para os políticos, deixe o governo para quem quer governar e resolver o problema.

Então é isso. Esta é a minha fala no dia de hoje, a minha primeira fala e pronúncia nesta tribuna, nesta segunda etapa, nesta legislatura. Vocês vão me ver muito aqui fazendo esse tipo de cobrança e desmascarando a hipocrisia. Para quem está me acompanhando a partir de agora, só tenho 1min20s. Deixo uma das questões que desmascarei relativas à hipocrisia – aliás, duas questões importantes. A primeira é que não houve nenhum pio dos bolsonaristas e do governador com relação à taxaço do aço por Donald Trump. Vocês continuam bajulando, lambendo a bota de Donald Trump e dos americanos. A segunda, como falei, trata-se da incoerência de bolsonarista que cobra a fala do presidente Lula quando este nos propõe a fazer pesquisa de mercado para comprar produtos que estiverem mais em conta, enquanto, à época de Bolsonaro, ele mandava tomar banho dia sim, dia não, para economizar energia. Bolsonaro mandava comer menos, Bolsonaro falava para cagar – desculpem-me o termo, gente, mas foi isso; estou reproduzindo literalmente o que foi dito por ele –, para poder usar menos o banheiro. Além disso, Bolsonaro dizia que, se você estivesse comprando cerveja cara no botequim, que trocasse de botequim. Disso eles não se lembram.

E mais do que isso: esses que sobem à tribuna para criticar o presidente Lula e dizer que está parecendo que se preocupam com o povo são os mesmos que apoiaram o governo, que viram as pessoas voltarem à época em que estavam no poder – a fila do osso. Lembram-se disso? Eu não me esqueço, não. Não vou deixar ninguém se esquecer: a fila do osso. São os mesmos, deputado Doutor Jean, da época em que o quilo do pé de frango era mais caro do que o da carne. Então não, não é, gente? Façam a cobrança, mas façam com coerência. Hipocrisia nós não vamos aceitar, não! Obrigado, presidente.

A presidenta – Obrigada, deputado Cristiano. Com a palavra, para seu pronunciamento, o deputado Leleco Pimentel.

O deputado Leleco Pimentel – Alegria, alegria, alegria! Três vezes alegria, porque eu venho a este Plenário, presidenta Leninha, deputada Andréia, deputada Bella Gonçalves e deputada Beatriz. Não é à toa que nós estamos no Plenário. Quero cumprimentar também o Tramonte. Exceto o Tramonte, estão neste momento, no Plenário, apenas deputados e deputadas do Bloco Democracia e Luta. E eu quero parabenizá-los, porque o trabalho de vocês os conduziu novamente para as comissões importantes desta Casa. Deputada Beatriz, que haja mais frutos, porque fazer o plantio, preparar a terra, aguar e cuidar... Isso nós observamos nesses seus seis anos; V. Exa. entra agora no seu sétimo ano de mandato. A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia conheceu uma história antes e conhece outra era depois, com certeza, com a sua dedicação e o seu trabalho. Por falar em trabalho, está aí também o nosso querido companheiro deputado Betão, que, para além dos debates visíveis daqueles que gostam da exploração da mão de obra humana, achando que essa é a fórmula para a riqueza daqueles poucos que são donos dos meios de produção, foi

recordista ao trazer para Minas Gerais, à luz do dia, a quantidade de pessoas escravizadas em pleno século XXI, ação que resultou do trabalho da Comissão do Trabalho e da Previdência.

Deputado Cristiano, aproveito para parabenizá-lo pela grande tarefa de representar a Minoria, como líder. Agora nós todos podemos, juntos, renovar. Ao mesmo tempo, nós agradecemos ao deputado Doutor Jean, que cuidou da Minoria até agora e, na Comissão de Constituição e Justiça, vai continuar o trabalho para que projetos de lei, como os dos deputados de um bloco de oposição ao governador Zema nesta Casa, sejam apreciados. Que haja a oportunidade, com a mesma qualidade, de continuar junto com o Lucas.

Deputada Bella e deputada Andréia de Jesus, aos que apostavam que uma sucessão poderia ser feita com a grandeza do trabalho das duas... Parabéns, Andréia, que conduziu a Comissão de Direitos Humanos! Nós também queremos que o seu trabalho à frente da comissão traga novos temas, novos ares. A gente agradece, porque aqui não é a cordialidade, mas o reconhecimento do trabalho uns dos outros que nos coloca enquanto bloco. E é razão, sim. Dr. Hely, que a gente tenha, com a sua experiência e jovialidade, com a sua energia, condução e liderança, junto com o Ulysses e com o nosso Cristiano, essa identidade no Bloco Democracia e Luta. E a coisa já vai ficando aí...

Eu estou procurando o nome da fruta. Até o final da fala eu quero oferecer uma fruta com casca e tudo para o governador. Como não desejo mal para ninguém, eu estou pensando numa fruta bastante simbólica que represente o Cerrado, que represente a Caatinga, um lugar em que ele talvez coloque os pés só porque quer dali tirar minério. Eu estou pensando aqui em algo bastante exemplar para que ele compreenda o que é comer banana com a casca ou comer uma fruta, dependendo da necessidade, não pela riqueza nutritiva que existe em cada casca, mas para entender como é difícil a vida do povo mais pobre.

Mas a minha alegria, alegria, alegria, nas três vezes que eu disse, é porque vim para a assinatura do contrato junto a 88 famílias, que há 10 anos... No dia 14 de abril, às 23 horas – a deputada Beatriz veio da Pastoral da Juventude –, na escadaria da Igreja São José, ali na Afonso Pena, reunimos 88 famílias. Dentre elas, havia também pessoas em situação de rua. Tomamos a decisão, numa jornada de luta, de dar função social à propriedade. Lá no final do século XIX, o papa Leão XIII, em plena Revolução Industrial, já levava para a Europa a preocupação sobre a função social da propriedade. Lembrando que o trabalhador que não tem terra, o trabalhador que não tem teto, o trabalhador que não tem dignidade – esse dos 3 tês... Eu me lembro de que a deputada Beatriz também se encontrou com o papa naquele encontro latino-americano para tratar desse tema. A nossa Constituição de 1988 também trata da função social da propriedade, mas nunca vi esse direito sair do papel, senão pela luta.

E foi assim que, em 14 de abril – faz 10 anos agora, no próximo 14 de abril –, as 88 famílias ocuparam o prédio no hipercentro de Belo Horizonte – e eu ali estava –, na Rua dos Caetés, 331. E foi com resistência, porque, no ano de 2018, nós estávamos com um contrato pronto, e aí tivemos um golpe contra os pobres no Brasil. É por isso que aqueles que não leem história ficam aqui... Ontem vimos aqui uns com a revistinha, não é? Vou emprestar umas revistinhas um pouco mais densas, com conteúdo e capacidade de reflexão histórica para que não vomitem tanta asneira na cabeça da gente. Ali, naquele prédio da Rua dos Caetés, nós tivemos negado o contrato que seria assinado em 2018. Derrubaram a Dilma por quê? Porque, além de misóginos, além de fazerem chacota com a presidenta da República, além de tudo o que eles são, de fato, por conta de uma formação cultural histórica que carregam – aliás, até se orgulham de carregar essa bestialidade –, o golpe foi contra os pobres. O contrato foi suspenso. Eu ocupei o prédio junto com o povo, deputada Beatriz. A cada mês que passava, chegava a conta de luz coletiva, chegava a conta de água coletiva, de R\$120.000,00, de R\$180.000,00. O prédio não era preparado para moradia, mas, abandonado, servia para empresas que estavam prestando serviços no hipercentro sem pagar um centavo ao governo federal – o prédio era do INSS. E, quando o nosso povo entra, as contas de luz e água chegam, e o nosso povo, que estava sem recurso para nada, sem teto, sem trabalho, passa então a...

E vou dar um testemunho que jamais esperei dar. Tenho uma visão um pouco cética, crítica e ácida sobre a Justiça neste país, mas tivemos a honradez de a Justiça ter segurado aquela ocupação para dar a função social à propriedade. Nós tivemos

reintegração de posse. Eu me tornei réu. Todo mês imaginávamos que dia haveria um problema para nós. As contas de luz e de água que o povo se juntou para pagar – não deu calote em ninguém – foram pagas. Mas quando é que efetivamente a gente teria a possibilidade de o contrato de R\$26.000.000,00 transformar um prédio no hipercentro, juntando pobres e ricos?

Aqui nós vamos para a segunda dimensão da função social da propriedade, da função social da cidade, deputada Bella. Pobre deve morar perto de rico. O que nós procuramos é eliminar a pobreza. Quando eliminarmos a pobreza, não haverá mais pobres, ao contrário do que pensam muitos que querem acabar com a pobreza matando ou escondendo o pobre, ou deixando-o em cada canto, na periferia. E hoje existe muita gente feliz naquele hipercentro, porque conseguiu um vizinho, uma vizinha que dá faxina, que lava roupa, que cuida, que é balconista. Há pobres trabalhando – e trabalhando sem precisar pegar ônibus, sem precisar gastar duas ou três horas no trânsito, nem gastar com transporte, que é um absurdo. Então, quando se tem pobre e rico morando em uma cidade em que não há um apartheid, em que não há exclusão, nós passamos a ter a função social da cidade garantida. E, aqui, com a simbologia desse contrato de hoje feito pela Caixa, eu não poderia dizer diferente.

Houve uma história relatada naquele momento, durante a assinatura. Qual foi? Uma senhora que ocupou o prédio, como moradora em situação de rua, só tinha uma coberta. Ela, de tão apertada que ficava debaixo daquele cobertor, parecia um nenê, uma criança. Ela foi readquirindo confiança e, juntamente com aquele coletivo, levantou-se. Quando foi à UAI tirar a primeira carteira de identidade, não tinha todos os documentos. Tão feliz ficou que foi à Caixa abrir uma conta, e a Caixa perguntou: “A senhora mora onde?”. Ela disse: “Na Rua dos Caetés, 331”. E a Caixa disse: “Olha, mas aqui no hipercentro? A senhora não mora ali, não precisa falar mentira em relação ao endereço, não. A gente põe outro aqui”. Negando até o direito e, culturalmente, não aceitando que aquela mulher ali se assentava. A história dela é bastante bacana. Era uma mulher do Rio de Janeiro, que era mãe, tinha uma pensão, que a levou inclusive de volta para casa, chegando a quase R\$30.000,00. Ela estava sendo procurada pelos familiares há mais de 20 anos, e andava pelas ruas de Belo Horizonte, pelas ruas do País – quero lembrar aqui Belchior –, dando milho aos pombos.

Então nós temos a alegria de dizer que a Prefeitura de Belo Horizonte também se fez presente. E agora o auxílio-aluguel... A gente sempre lutou para que o auxílio-aluguel desse dignidade às famílias, com elas procurando um jeito, um arranjo para ajudar a colocar alimento nas latas. Então a Prefeitura de Belo Horizonte vai conceder a bolsa-aluguel, que vai para R\$800,00 para cada família, e as famílias, agora desmobilizadas, esperarão 36 meses por esse retrofit – esse é o nome que os arquitetos e urbanistas hoje utilizam –, para a readequação daquele prédio que não era para moradia e, agora, se torna a moradia de 88 famílias.

Na primeira decisão coletiva, naquela noite, nós demos àquela ocupação o nome do deputado federal baiano Zezéu Ribeiro, arquiteto, companheiro de luta, autor da Lei nº 11.888, que dá gratuidade de assistência técnica, porque a cidade está enferma e precisa de assistência técnica gratuita, sobretudo os mais pobres. Naquela noite, entrou naquela ocupação a memória de uma companheira que havia falecido também: Norma Lúcia. A história da Ocupação Zezéu Ribeiro e Norma Lúcia entra para a humanidade como o primeiro prédio, no hipercentro de Belo Horizonte, que teve a união de esforços da Justiça e da Prefeitura de Belo Horizonte. E quis, como disseram os sem-teto nesta manhã, Deus que o povo brasileiro elegeisse o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, para que esta ocupação se transformasse em Minha Casa, Minha Vida. Minha Casa, Minha Vida! Repito: Minha Casa, Minha Vida! Vocês acham que algum governante teria sensibilidade para dar o nome a um programa de moradia, retirando o direito de moradia da Constituição e o fazendo valer como política pública? Então, se você associou o Minha Casa, Minha Vida à esquerda e à Lula, você acertou! Vocês viram Zema fazendo alguma casa? Vocês viram o inominável, inelegível – já colocado aqui em áudio –, fazendo moradia neste país? Ele até inventou uma tal Casa Verde e Amarela; um absurdo.

Então, nós estamos aqui, enquanto Bloco Democracia e luta, trazendo a importância de termos a esquerda com propostas de políticas públicas e programas. Viva Zezéu Ribeiro e viva Norma Lúcia, que já estão juntos de outros companheiros e companheiras que lutaram tanto para termos moradia! E aqui eu me lembro de Saulo Manoel da Silveira, nosso conselheiro das Cidades e criador da União Nacional Moradia Popular. Eu me lembro também aqui do Demetre Anastassakis, arquiteto carioca, e de tantos outros.

Naquela ocupação, nós realizamos o seminário latino-americano de autogestão na produção da moradia e, ali, Venezuela, Brasil, Chile, Uruguai e Argentina selaram um pacto de termos legislação para autogestão na produção de moradia. Quis Deus também me permitir estar deputado e contar com o apoio de vocês. E já temos a primeira lei, o primeiro Estado a ter a lei da autogestão da moradia. Terminei este nosso pronunciamento muito feliz, com toda alegria do mundo, porque a porta de uma moradia é a entrada para todos os outros direitos. A casa é a roupa da família. Moradia digna, teto e trabalho dignificam qualquer ser humano e político, para ter a honradez de dizer que se dedicam em missão e vocação pelo outro. Obrigado, deputada Leninha.

Eu quero hoje terminar com uma fruta para Zema, e que ele coma com casca e tudo. A gente falou brincando, mas eu acho que vai ser o pequi em homenagem também ao cerrado. Eu quero que ele coma sem ferir a boca com os espinhos e chegue até o coco, que é uma especiaria de um gosto tão profundo. Mas o que está por fora é exatamente o respeito que ele deve ter para com os mais pobres deste país. Viva o pequi, e fora, Zema!

A presidenta – Com a palavra, para seu pronunciamento, o deputado Sargento Rodrigues.

O deputado Sargento Rodrigues – Sra. Presidente, colegas deputados, deputadas, público que nos acompanha das galerias da Assembleia e pela TV Assembleia. Sra. Presidente, ontem eu fiz um discurso, desta tribuna, falando da incoerência do governador Romeu Zema. Deputado Caporezzo, V. Exa., que, da mesma forma, sempre esteve ombreado lado a lado com este seu colega de partido, mas muito antes, colega, praça da Polícia Militar de Minas Gerais, que percorreu por 12 anos o chão da fábrica, sabe perfeitamente que nós não podemos deixar de cobrar.

Ontem eu vim, aqui, e trouxe, Doutor Jean, uma coisa que nos preocupou muito. Eu estive com o presidente da Casa, deputado Tadeu Martins Leite, e disse a ele: “Nós precisamos ter um” – inclusive vou provocar uma audiência pública na Comissão de Administração Pública – “pouquinho mais de responsabilidade e seriedade, por parte do governador, no trato do orçamento”. E trouxe aqui, deputado Caporezzo, a Lei Orçamentária que foi executada no ano de 2024. No dia 31/1/2024, fechou o último quadrimestre referente ao exercício anterior.

Quando ele mandou a peça para esta Casa, para a Assembleia, apresentou um déficit de R\$8.000.000.000,00. Quando nós defendemos os servidores, apresentamos projetos, emendas, fizemos um apelo para os colegas deputados e deputadas aprovar, como é o caso da recomposição da perda inflacionária, o que o governo fez? Chamou a base e falou: “Olha, nós não temos dinheiro nenhum. Então tem que derrotar essas emendas aí, porque vai ser um colapso na administração”.

Mas, no dia 31 de janeiro, no Instagram do governador e do vice-governador, eles vão a público, chamam toda a imprensa, e falam: “Nós cortamos muitas despesas e apresentamos um superávit de R\$5.000.000.000,00”. Deputado Caporezzo, hoje é diferente, qualquer servidor público sabe que esse corte de despesa foi exatamente o não cumprimento da Constituição da República em conceder a reposição da perda inflacionária, porque está escrito, no art. 37 da Constituição da República, no inciso X, o seguinte: “É assegurada a revisão geral anual”. E se o governador, deputado Caporezzo, disser que a perda inflacionária dos servidores da segurança pública não é da ordem de 44%, como eu exibi, aqui, ontem... Eu peguei um compilado, uma consulta que fiz com a consultoria da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, pegando a inflação de 2015 a 2024, que é da ordem de 79,8% precisamente. Nesse período, o governo deu 31%. Se ele não quiser admitir, ele não pagou a inflação de 2022, de 5,79%; não pagou a inflação de 2024, de 4,83%. E uma sobre a outra é 11,08%. E eu pergunto como mandam um projeto de lei de peça orçamentária que fala: “Esses deputados e essas deputadas são todos bobalhões. Eu apresento uma peça orçamentária com um déficit de R\$8.000.000.000,00, mas, lá na frente, nós saímos por cima e falamos que tivemos um superávit de R\$5.000.000.000,00”.

Olhem, a Assembleia não pode ser feita de palhaça. A Assembleia não pode ser vista, Sra. Presidente, como se todos os deputados e deputadas fossem bobalhões que não sabem fiscalizar, não sabem exercer o controle dos atos do Poder Executivo. Que peça é essa? “Estou mandando para a Assembleia um déficit de R\$8.000.000.000,00”. E aí, Doutor Jean, líderes de governo, vice-líderes e líderes da Maioria ficam cercando os deputados, às vezes com uma emenda que tem um impacto mínimo: “Não pode, não

pode, porque o governo não tem dinheiro, não tem dinheiro”. Apresentam-me um balanço de R\$5.000.000.000,00, de precisamente R\$5.180.000.000,00 de saldo positivo.

E a inflação do servidor? Não. Sabe o que ele fez, Caporezzo? Ele não dá a inflação para os servidores, o que é um direito, e sai por aí afora inaugurando obras tendo em vista 2026, porque ele já deu o *start* no processo. Zema está em campanha há muito tempo. Ele e Mateus Simões estão em campanha. Quero direcionar a fala para o vice-governador Mateus Simões. Vice-Governador Mateus Simões, se há alguém neste estado que é inimigo do servidor público, e de forma muito especial do servidor da segurança pública, é o senhor, Mateus Simões. O Sr. Mateus Simões é o inimigo número um dos servidores da segurança pública. É esse cidadão que quer o PL como aliado, deputado Caporezzo. “Primeiro eu vou espezinhar a segurança pública. Depois eu vou dizer: ‘Olha, partido lindo, maravilhoso, vem para cá’”. Bom, só se for para dar uma banana, não é? Só se for para dar uma banana.

E, por falar em banana, presidente, não posso deixar de exibir este áudio. Peço ao colega do serviço de som que aumente o som.

– Procede-se à reprodução de áudio.

O deputado Sargento Rodrigues – Realmente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, eu tenho que concordar com o governador. O preço da banana está alto. Também vou ao supermercado, pelo menos de 15 em 15 dias; eu mesmo faço a compra da minha casa. O preço da banana está alto, a inflação está muito alta, e, quando o servidor da segurança pública bate à porta seja de secretário de Governo – como o Gustavo Valadares, que está voltando agora –, seja de Mateus Simões, seja de Luísa Barreto, seja de quem for, sabe o que toma na cara? Banana. É isso que ele tem feito com a gente. E aí, deputado Caporezzo, não dá para a classe ficar de braços cruzados, não. Olhe: a classe não pode ficar de braços cruzados. Sabe por quê? Porque o governador realmente tem dado banana para os policiais, mas, mais do que isso, ele zomba quando apresenta um superávit de R\$5.000.000.000,00 e nega a inflação, que é um direito.

O deputado Caporezzo (em aparte) – Muito obrigado, deputado Sargento Rodrigues. Quero corroborar as palavras de V. Exa. e lembrar-lhes que realmente é triste a situação da segurança pública. Muitas pessoas, quando falam de segurança pública no Brasil e no Estado de Minas Gerais em específico, que é a nossa pauta, dizem: “Ah, não, trata-se de uma questão das perdas inflacionárias”. O Zema prometeu recomposição de perdas inflacionárias, pelo menos, anualmente. Essa é mais uma promessa que ele não cumpriu.

Mas não se trata somente dessa questão, gente. Nós nunca presenciamos um crescimento tão grande das facções no nosso estado. No Centro de Minas, cita-se o Comando Vermelho; no Triângulo Mineiro, no Sul de Minas, o PCC. O crime está tomando conta de tudo, e nossa população está sendo vitimada. É o povo de Minas que está pagando o preço, com sangue, do descaso do governador Romeu Zema.

Então estarei com V. Exa., deputado Sargento Rodrigues, na manifestação pela recomposição das perdas inflacionárias e pelo auxílio-alimentação. Isso é urgente. Quero falar uma coisa para o governador: “Governador Romeu Zema, olhe aqui, você está vendo?” (– Descasca uma banana.) Até macaco descasca bananas para comer, está bom? E a banana está cara demais para você utilizar como exemplo!

Obrigado, Sargento Rodrigues.

O deputado Sargento Rodrigues – Agradeço a V. Exa. e dou-lhe os parabéns, inclusive, pela ilustração que fez aqui, no Plenário. Quero também dizer isto para o Sr. Mateus Simões: Sr. Mateus Simões, o senhor disse, no vídeo que está postado na sua página do Instagram, Sr. Mateus Simões... É claro que, quando o servidor ingressa no serviço público, passados 10 anos, se não houve reposição da inflação e ele teve uma perda considerável, isso é uma fraude do Estado. É isso que o senhor e o Zema estão fazendo com os servidores da segurança pública nesses últimos 10 anos. Estão cometendo estelionato contra os servidores da segurança pública.

Para isso, deputado Caporezzo, há um remédio. O remédio acontecerá no dia 28 de fevereiro, véspera de Carnaval, início do Carnaval, às 10 horas da manhã, na Praça Sete. Todos os servidores da segurança pública estão convocados a mostrar, para o Estado de Minas Gerais e para os foliões que estão chegando, que a segurança pública e a família da segurança pública passam por necessidade, porque há um governador covarde e um vice-governador covarde que não atendem, que ignoram e debocham dos servidores da segurança pública.

A presidenta (deputada Leninha) – Com a palavra, para seu pronunciamento, o deputado Caporezzo.

O deputado Caporezzo – Boa tarde, presidente. Boa tarde, colegas deputados estaduais. A liberdade individual depende de manter o governo sob controle. Ou você controlará o seu governo, ou o governo o controlará. Por quê? O preço da liberdade pode ser alto, mas ele nunca será tão caro quanto a perda da liberdade. Essas palavras foram proferidas pelo grande Ronald Reagan, que foi um dos melhores presidentes da história dos Estados Unidos.

Na semana passada, dia 6 de fevereiro, foi comemorado o seu aniversário de 114 anos. Ele já faleceu, de Alzheimer, e deixou uma história marcante na luta pelos nossos valores. Não são apenas os valores dos Estados Unidos, mas, sim, de toda a sociedade ocidental.

Todo mundo sabe da decadência que Hollywood tem enfrentado, transformando-se em um antro de esquerdismo, um antro de hedonismo, é realmente um berço da cultura *woke* – é terrível o que está acontecendo. Foi lá que Ronald Reagan, na década de 1940, iniciou a sua carreira como ator. Foi um ator de sucesso, atuou em mais de 50 filmes e interrompeu a sua carreira para trabalhar, para servir o seu país na Segunda Guerra Mundial. E é interessante porque ele presenciou a estratégia soviética de subversão, que foi tão bem descrita por Yuri Bezmenov, um ex-agente russo da KGB que explicou como eles utilizavam a estratégia cultural para transmitir os valores do regime soviético durante a Guerra Fria. Ele combateu isso em Hollywood e, mais ainda, na condição de presidente, porque ele foi o presidente responsável pela queda do muro de Berlim e pela queda da União Soviética. Ele dizia: “Um comunista é alguém que lê Marx e Lenin, ao passo que um anticomunista é alguém que entende Marx e Lenin”. E ele acreditava que a melhor maneira de julgar os programas sociais, abre aspas, “não é por quantas pessoas estão neles, mas, sim, pela quantidade de pessoas que estão saindo deles”. Reagan acreditava que, quando uma empresa ou um indivíduo gasta mais do que fatura, vai à falência. Quando o governo faz, ele lhe envia a conta; e quando o governo faz isso por muito tempo, a conta vem de duas maneiras: maiores impostos e inflação. Não se engane sobre isso. A inflação é um imposto e não um acidente.

Quanta sabedoria nós precisamos ter! Precisamos lembrar principalmente esses dias funestos que o Brasil tem vivido na administração Lula e “Taxad”. Ele falava: “As pessoas que pensam que um aumento de impostos curará a inflação são as mesmas que acreditam que outra bebida curará uma ressaca”. Esse grande homem lutava pela diminuição dos impostos, entendia-se como um discípulo de Cristo, defendia a liberdade, tinha paixão pela sua pátria, era um guardião da família. Qualquer semelhança com um certo “ex” mais amado do Brasil, podem ter certeza, não é coincidência.

Eu poderia ficar horas aqui falando a respeito dos grandes feitos e das grandes falas de Ronald Reagan. E Reagan, como qualquer ser humano, não era perfeito, mas, como sempre digo, nós somos governados por pessoas que erram e acertam. Quanto mais eu entendo de política, mais concordo que ela é a arte do possível.

Eu tenho muito o que fazer e entregar para o povo mineiro, pois sou servo da população e não senhor. E quero que vocês saibam que sigo me inspirando em exemplos como o do grande Ronald Reagan, que dizia: “Se mais governo é a resposta, então a pergunta foi realmente estúpida”. Nós não precisamos de um governo maior; precisamos de um povo maior. Espero que, mais uma vez, tenhamos lembrado às pessoas que o homem não é livre, a menos que o governo seja limitado. Há uma causa e um efeito claros aqui, que são tão claros e previsíveis quanto uma lei da física: conforme o governo se expande, a liberdade se contrai. Ronnie, que o seu legado seja combustível para a nossa geração e que tenhamos a nobreza e a bravura para seguir lutando por aquilo que existe de mais precioso: a nossa liberdade.

Por falar em liberdade, é simplesmente um absurdo o que aconteceu com o deputado federal Eduardo Bolsonaro, que é um símbolo de força na luta contra a opressão que temos enfrentado por parte do Poder Judiciário. Ele foi intimado por ter chamado um delegado da Polícia Federal de cachorrinha do Moraes ou putinha do Moraes. Mas ele próprio já falou que se arrependeu de fazer isso, porque é uma ofensa contra as putas e contra os cachorros. Então onde fica o crime? Vamos lembrar aqui o que está escrito na Constituição Federal, que infelizmente muita gente tem esquecido. Está lá no art. 53: “Os deputados e senadores são invioláveis, civil e penalmente, por quaisquer de suas opiniões, palavras e votos”. Quaisquer. Não cabe interpretação do STF aqui, não cabe súmula; cabe a letra da lei. Nós não podemos defender uma democracia sem liberdade de expressão, porque a liberdade de expressão é condição *sine qua non* para a existência de qualquer democracia no mundo.

Então nós temos hoje, ocupando a presidência dos Estados Unidos, um homem que é um grande defensor da liberdade: Ronald Reagan. Ronald Reagan, não. Meu Deus do céu, eu confundi tudo aqui: o presidente Donald Trump. Nós temos um homem que é defensor da liberdade, o presidente Donald Trump. Ele já está balançando as estruturas globais. A guerra da Ucrânia está prestes a acabar. O Hamas já recuou, até a China está pisando no freio. Mas a dupla Lula e Moraes continua dobrando a aposta. Qual é a mensagem que o Brasil quer passar para o mundo? Até quando vocês acham que nós seremos respeitados como democracia, atacando a liberdade de expressão? É isso o que o Brasil tem para oferecer diante da sociedade internacional, diante do mundo ocidental – que é o mundo livre?

Ofereço meu total apoio, minha total solidariedade ao deputado Eduardo Bolsonaro, que está, sim, mais uma vez, sendo vítima de perseguição política. Recentemente foi revelado um áudio em que alguém de dentro do gabinete de Alexandre de Moraes falava que o ministro queria criatividade para prender o filho do Bolsonaro. Nós vivemos o sistema judiciário da criatividade, em que o ditador travestido de ministro situa-se na condição de juiz, de vítima e de acusador.

Isso não vai durar para sempre, e nós não vamos aceitar que essa situação perdure.

O deputado Bruno Engler (em aparte) – Deputado Caporezzo, quero, primeiramente, parabenizar V. Exa. pelas palavras. Quero pontuar algumas questões importantes que V. Exa. traz no discurso.

Em primeiro lugar, assim como você, quero me solidarizar com o deputado Eduardo Bolsonaro, que, de maneira covarde, está sendo perseguido e censurado. Estão tentando calá-lo como deputado federal. A imunidade parlamentar – muitas vezes ignorada, no nosso país, até por quem deveria ser guardião da Constituição – prevê que os deputados são invioláveis civil e penalmente. Fazendo uso da criatividade, foram perseguir o deputado Eduardo Bolsonaro no âmbito administrativo, em sua função de policial federal. Agora imaginem o absurdo se isso acontecesse aqui, nesta Casa. Esse não é o caso de V. Exa., porque o policial militar vai automaticamente para a reserva, mas imaginem a Polícia Civil perseguir parlamentares como a Delegada Sheila ou o deputado Christiano Xavier por discursos que fazem desta tribuna. Isso é um absurdo, é uma tentativa mesquinha e canalha de limitar o mandato de um parlamentar. A Câmara dos Deputados, como instituição, precisa se posicionar a respeito disso, sob o risco de apequenar-se.

Para encerrar o aparte, deputado Caporezzo, eu só queria complementar que estou vendo muitos colegas da esquerda acharem que o Donald Trump é presidente do Brasil. Eles acham que ele tem que atender aos interesses do nosso país. Aí vêm aqui, cobram o Zema, cobram o Nikolas, cobram você, cobram a mim: “Ah, vocês apoiam o Trump. O Trump está prejudicando o Brasil”. O Trump está fazendo política de acordo com os interesses do país dele, como ele foi eleito para fazer. A culpa não é minha se a gente tem um presidente completamente incompetente, inapto, porque eu não votei em ladrão. Eu votei em Bolsonaro. Então, se o Brasil vai mal, a culpa é daqueles que elegeram o maior corrupto da história deste país para voltar a ocupar o Palácio do Planalto.

Muito obrigado, Caporezzo.

O deputado Caporezzo – Eu que agradeço o brilhante aparte, deputado Bruno Engler.

Realmente não dá para entender. O Lula foi eleito, mas, ao contrário do presidente Bolsonaro, que sai às ruas e é ovacionado pelo povo, nós temos, hoje, um presidente sem povo. Vá para as ruas, Lula! Mostre a sua popularidade. Vá, só para a gente ver o que vai acontecer. Eu acho isto muito interessante: você falou que, se as pessoas vão ao mercado e as coisas estão caras demais, é só não comprá-las. A Maria Antonieta do século XXI – a Maria Antonieta tupiniquim – falou isso, não é verdade? Mas o povo brasileiro não tem a opção de não pagar os impostos se estiverem caros demais. Logo você, Lula, por meio do incompetente, do inepto Fernando “Taxad”, está funcionando como um vampiro, sugando o sangue dos brasileiros com os impostos.

Nós vamos defender a liberdade do nosso povo. Em 2026, será Bolsonaro presidente mais uma vez.

Obrigado. A direita vive em Minas Gerais.

A presidenta – Com a palavra, para seu pronunciamento, o deputado Doutor Jean Freire.

O deputado Doutor Jean Freire – Muito boa tarde, Sra. Presidenta Leninha. Boa tarde, deputado Leleco, deputada Bella, servidores desta Casa, público que nos assiste pela TV Assembleia. Deputado Leleco, você assistiu ao jogo do Vasco e do Fluminense há poucos dias? Alguém foi vaiado lá. Interessante!

Ouvi uma pergunta aqui, deputado Leleco: quando é que este país vai ser respeitado? No dia em que nós pararmos com o complexo de vira-latas. Por falar em lata, a gente fala em aço. Qualquer parlamentar, seja ele de direita, seja ele de esquerda, seja ele de centro, qualquer um tem a obrigação de se posicionar em relação a isso, e eu não vejo alguns se posicionarem. Eu não vejo. Qualquer país que tome uma medida que prejudica o mundo não está pensando. Ele não deve ficar pensando só nele, ele não pode pensar só nele, ele tem que pensar no mundo, ele tem que pensar em todos. Eu não vejo alguns se posicionarem. Deveriam chegar todos, então, e fazer um documento: “Nós concordamos”. Qual é o Estado brasileiro mais prejudicado com a sobretaxa do aço de 24% pelos Estados Unidos? Qual é o Estado brasileiro? Minas Gerais. Um político mineiro defender essa política do presidente norte-americano, como tantos outros absurdos que ele está fazendo, durante esses seus primeiros meses de mandato, é irracional, não dá. Bate de um lado, do outro, e você aplaude?

É verdade, deputado Leleco, que nenhum de nós concordou com a inflação? É verdade, mas nós devemos olhar para ela num momento, mas também em outro. Devemos olhar como está agora e como estava no governo passado. Eu falei do aço e não vi o governador do Estado de Minas Gerais, que parabenizou a eleição do presidente americano, que parabenizou a posse dele, que vai lá nos Estados Unidos vender o Vale do Jequitinhonha com o nome de Vale do Lítio, eu não o vi criticar a sobretaxa do aço. Não precisava nem criticar o presidente, que criticasse a ação, a medida dele que vai prejudicar os mineiros. Todo o Brasil vai ser prejudicado. Vai prejudicar você da construção civil, vai prejudicar você que precisa da sua casa, porque o aço é essencial na infraestrutura.

Mas não: o governador prefere usar o posto de governador para fazer chacota, para fazer ceninhas comendo uma banana com casca. Por sinal, acho que não está preparado para comer fruta com casca, porque quase engasga. Se a gente prestar atenção no vídeo, ele quase engasga. Aliás, na posição de médico, eu também quero aqui orientar. Só podemos comer frutas com casca se ela for orgânica. “Ô, ‘seu’ governador, de repente você envenenará o nosso povo, porque, em muitos frutos, usam-se agrotóxicos. Eu não sei se essa banana que V. Exa. comeu é uma produção orgânica ou não, provavelmente não, porque acho que, na Cidade Administrativa...” Aliás, deputado Leleco, nós podíamos fazer um projeto de lei. Convido V. Exa., para fazê-lo junto comigo. Podíamos fazer um projeto de lei para que o produto da Cidade Administrativa venha da agricultura familiar. Vamos fazer esse projeto de lei e apresentá-lo nesta Casa, assim como fiz um, proibindo o governado de andar, em agendas que não fossem de urgência, de avião. Não foi ele mesmo quem disse que não ia andar de avião? Foi ele. Eu só estou querendo transformar em lei o que ele disse que cumpriria.

Mas ele prefere fazer vídeo. Eu venho da terra da manga. Ele prefere fazer vídeo chupando manga, comendo banana com casca. Preste atenção se era orgânica, governador, porque vai ter agrotóxico nessa banana. Nessa que V. Exa. comeu provavelmente

tem. Acho que não vem da agricultura familiar, deputado Leleco. Veja alguns produtos que ele, que faz essa chacota para dizer que é um bom menino, para dizer que é simples, um mineiro simples, que está ali comendo, aproveitando a casca, anda comendo. Por sinal, também quero dizer aqui que a maioria das cascas das frutas e das verduras é saudável. E se ele não sabe, a casca da banana já é muito utilizada para fazer alguns produtos na economia solidária: é usada para fritar, também a farinha de casca de banana, não é, deputado Leleco? Então já é aproveitado, governador. Isso que você traz de aproveitar a casca não é novidade, não. Mas a orgânica, viu, gente?

Vamos ver o que se anda comendo na Cidade Administrativa: ervilha torta – para um governo torto, ervilha torta; figo, quilos e mais quilos. Não é uma fruta normal nas casas dos brasileiros, dos mineiros. Aliás, eu vou propor a ele que troque por um fruto que eu comi muito sem casca e V. Exa. deve conhecer, deputado Leleco: palma. Eu me alimentei muito na minha infância, governador, com palmas. No Vale do Jequitinhonha recorremos muito a isso, faz-se um guisado gostoso. A palma tem espinhos, então tire o espinho, governador! Mas ela produz um fruto, deputado Leleco, que se chama figo da Índia. Governador, troque esse figo, que você gasta na Cidade Administrativa, por figo da Índia! A você eu oriento que coma com casca. Ele tem um monte de espinhos, então coma com casca.

V. Exa. come muita graviola na Cidade Administrativa. Eu oriento a você usar um alimento produzido muito e de boa qualidade no Vale do Jequitinhonha, na região de Berilo – já aproveito para fazer a propaganda dos frutos do Vale do Jequitinhonha: abacaxi. Ao povo eu oriento usar a casca de abacaxi para fazer um chá, para fazer um suco; a V. Exa. eu oriento comer o abacaxi com casca e tudo. Se quiser, pode usar até a coroa ou comer a coroa, pode também fazer isso.

V. Exa. come bastante lichia, uva de qualidade, cogumelo; V. Exa. come tomates de qualidade, vários tipos de alface; V. Exa. come camarão. Deve comer com casca e tudo, não sei. Aquela limpeza que se faz no camarão, não sei se tira o intestino... Deve comer tudo, não é? V. Exa. – vou usar o ditado que a gente fala no interior – come do bom e do melhor, mas quer que o povo coma banana com casca. A que V. Exa. está comendo, repito, tem agrotóxico, não é orgânica. V. Exa. manda para esta Casa projeto de lei. Está querendo falar tanto, poupar tanto, falar tanto em economia, tanto em inflação... Olha como V. Exa. inflacionou o vosso salário! Por volta de 300%, não é? Mas V. Exa. quer dar ao povo banana e com casca. V. Exa. deu 300% de aumento ao seu salário.

Ora, minha gente, vamos parar de demagogia! Devia ter citado o nome dos deputados, deputado Leleco, que votaram contra o imposto, votaram para retirar o imposto nos produtos da cesta básica em vez de falar de banana. Aliás, eu quero dizer que o Vale do Jequitinhonha produz uma banana de ótima qualidade, exporta e faz produtos de ótima qualidade. Aproveite! E ao comprar bananas, compre a de lá, compre o abacaxi de lá, a banana de lá.

Então eu quero chamar a atenção dos mineiros para esse tipo de demagogia que é usada. Deputado Leleco já falou muito bem aqui. O pequi é um produto maravilhoso. Eu não sei se o governador conhece o pequi – porque ele não conhecia a Adélia Prado. Então não sei se conhece o pequi. Será que conhece o pequi? E cuidado, governador! Cuidado! Eu já vou mesmo orientá-lo que coma com casca e tudo. Eu já vou lhe dizer que, na posição de médico-cirurgião, muitas vezes já tivemos que fazer anestesia geral em pacientes para retirar espinhos de pequi. Como o deputado Leleco falou, há uma castanha maravilhosa, muito nutritiva, muito nutritiva. Então, ao comer o pequi, cuidado. Mas, V. Exa., que está querendo dar banana com casca, coma, aproveite, tente roer um pequi. Se V. Exa. não sabe o que é, é um fruto do Cerrado. Há muito no Jequitinhonha, no Norte. Um fruto do Cerrado. Eu vou dizer que o melhor pequi é o nosso, não é o de Goiás. Com todo respeito ao pequi de Goiás, mas o melhor é o nosso. Se V. Exa. não sabe, eu estou lhe apresentando. Eu posso trazer. Nós podíamos trazer, deputado Leleco, uma cestinha desses produtos para o governador, e encaminhar-lhe, a custo zero, para que ele faça propaganda, e coma com casca e tudo.

Eu oriento outra fruta para ele, eu oriento outro vegetal para ele: mandacaru! Mandacaru. Já pensou, deputado Leleco, o governador ingerindo mandacaru com casca e tudo? Demonstraria uma simplicidade sem tamanho. Agora, talvez, não sei... Pelo jeito, ele costuma tanto ingerir produtos com casca, que acho, deputado Leleco, que está ingerindo muito tamarindo, e com casca, e há muito tempo. Deve estar ingerindo muito tamarindo há muito tempo, e com casca. Na posição de médico também, a gente sabe para

que serve o tamarindo. Produto de boa qualidade, que a gente orienta muito, e passamos para os nossos pacientes. Quem sabe, governador? Nem vou orientar isso, não, porque, pelo jeito, V. Exa. já está ingerindo bastante tamarindo com casca e tudo.

Então vamos chamar os homens de bem, os políticos, os homens e mulheres de bem para uma discussão séria. Um país vai chegar ao respeito quando ele esquecer os palanques, porque há gente que passa o tempo usando a tribuna, usando os microfones desta Casa, só para falar do Lula. Olha, deputado Leleco, nós ouvimos hoje, aqui, alguém dizer: “Eu não votei em ladrão”. Alguém disse isso aqui. Roubar joias é o quê? O que é roubar joias? Para não dizer de tantos outros erros. O que é roubar joias? Isso não é ladrão? Pelo amor de Deus! Vamos parar de demagogia.

O deputado Cristiano falou aqui, bela fala. Eu parabeno o deputado Cristiano, que usou esta tribuna. Acho que foi o primeiro a usar hoje. Parabéns, deputado Cristiano, pela fala de V. Exa. aqui. E é isto, deputado. A gente está aqui para traçar políticas públicas, a gente está aqui para debater dentro da linha do que é correto; não é fazendo piruetas, não é achando que postar vídeos... Parece que o governador está, cada dia mais, entrando nesta onda de postar videozinhos.

Então fica aqui o meu repúdio a essa postagem do governador do Estado de Minas Gerais. Isso não é salutar para governo nenhum. Pelo menos se ele fizesse críticas contundentes, que deveriam ser feitas ao governo norte-americano, para defender o Estado de Minas Gerais, para defender o nosso povo. Se, em qualquer momento, seja o governo Lula ou o governo que passou, fizer algo que não concorde, faça críticas, chame para discussão, para construção; mas não assim. Um governo que foi aliado do governo passado, endividou Minas do jeito que endividou, que teria, como aliado próximo, tão amiguinho, a possibilidade talvez de ter recursos para Minas Gerais. Qual foi a obra – cita-me a obra – do governo federal passado em Minas Gerais? Ninguém viu. Eu ouvi alguém falando: “Nenhuma”. Eu acho que veio até de uma voz muito poderosa. Apesar de termos diferenças em relação à torcida de time, é um vozeirão poderoso, não é, deputado Leleco?

Mas é isso. Um forte abraço a cada um e a cada uma, aos mineiros e mineiras. Beber água faz bem à saúde, de preferência água de qualidade. Governador, preste mais atenção, para que as bananas que V. Exa. for comprar e comer com casca não sejam com agrotóxicos. Eu oriento comprar da agricultura familiar. Muito obrigado.

Registro de Presença

A presidenta – Gostaríamos de registrar, nas galerias, a presença do ex-deputado Dalmo Ribeiro Silva, que nos visita hoje, serviu a esta Casa por mais de vinte anos e continua servindo ao povo mineiro através da política. Todo o nosso abraço e nosso afeto a você, Dalmo. Que Deus lhe abençoe e abençoe também os seus projetos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

Abertura de Inscrições

A presidenta – Esgotado o prazo destinado a esta parte, a presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo as comunicações da presidência e de deputados e a apreciação de pareceres e de requerimentos. Estão abertas as inscrições para o Grande Expediente da próxima reunião.

Decisão da Presidência

A presidência, no uso de suas atribuições, reforma despacho anterior, torna sem efeito o não recebimento do Requerimento nº 9.813/2024, da deputada Leninha, e determina seu recebimento. Em razão da natureza da matéria, a presidência, nos termos do art. 103, III, do Regimento Interno, encaminha o referido requerimento à Comissão de Direitos Humanos para deliberação.

Mesa da Assembleia, 12 de fevereiro de 2025.

Leleco Pimentel, no exercício da presidência.

Decisão da Presidência

A presidência, no uso de suas atribuições, reforma despacho anterior, torna sem efeito o não recebimento dos Requerimentos nºs 9.801/2024, da Comissão de Segurança Pública, e 9.807/2024, da Comissão de Direitos Humanos, e determina seu recebimento. Em razão da natureza da matéria, ficam os referidos requerimentos aprovados, nos termos do parágrafo único do art. 103 do Regimento Interno, iniciando-se o prazo previsto no art. 104 do Regimento Interno com a publicação desta decisão.

Mesa da Assembleia, 12 de fevereiro de 2025.

Leninha, 1ª-vice-presidenta, no exercício da presidência.

Decisão da Presidência

A presidência, no uso de suas atribuições, reforma despacho anterior, torna sem efeito o não recebimento do Requerimento nº 9.809/2024, da Comissão de Direitos Humanos, e determina seu recebimento. Em razão da natureza da matéria, a presidência, nos termos do art. 103, III, do Regimento Interno, encaminha o requerimento à Comissão da Pessoa com Deficiência para deliberação.

Mesa da Assembleia, 12 de fevereiro de 2025.

Leninha, 1ª-vice-presidenta, no exercício da presidência.

Decisão da Presidência

A presidência, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno, determina a anexação do Projeto de Lei nº 3.225/2021, do deputado Doutor Jean Freire, ao Projeto de Lei nº 132/2019, do deputado Noraldino Júnior, por guardarem semelhança entre si.

Mesa da Assembleia, 12 de fevereiro de 2025.

Leninha, 1ª-vice-presidenta, no exercício da presidência.

Leitura de Comunicações

– As comunicações dos deputados Cassio Soares, Noraldino Júnior, Ulysses Gomes e Bruno Engler; Ricardo Campos, Ulysses Gomes, Cassio Soares e Gustavo Valadares foram publicadas na edição anterior.

Encerramento

A presidenta – Cumprido o objetivo da convocação, a presidência encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a ordinária de amanhã, às 14 horas, com a ordem do dia a ser publicada. Levanta-se a reunião.

ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 13/2/2025**Presidência da Deputada Leninha e do Deputado Leleco Pimentel**

Sumário: Comparecimento – Abertura – 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata – Correspondência: Ofício – 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Projetos de Lei nºs 3.314, 3.316 e 3.321/2025; Requerimento nº 9.943/2025 – Comunicações: Comunicações dos deputados João Magalhães, Ulysses Gomes, Cassio Soares, Bruno Engler e Noraldino Júnior – Oradores Inscritos: Discursos da deputada Bella Gonçalves; Questão de Ordem; Homenagem Póstuma; Discurso do deputado Ricardo Campos – 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Abertura de Inscrições – Leitura de Comunicações – Acordo de Líderes; Decisão da Presidência – Registro de Presença – Questão de Ordem; Homenagem Póstuma – Encerramento.

Comparecimento

– Comparecem as deputadas e os deputados:

Leninha – Duarte Bechir – Gustavo Santana – Adalclever Lopes – Adriano Alvarenga – Ana Paula Siqueira – Andréia de Jesus – Arnaldo Silva – Beatriz Cerqueira – Bella Gonçalves – Betão – Bim da Ambulância – Bosco – Bruno Engler – Caporezzo –

Cassio Soares – Celinho Sintrocel – Charles Santos – Chiara Biondini – Coronel Henrique – Cristiano Silveira – Delegada Sheila – Delegado Christiano Xavier – Doorgal Andrada – Doutor Jean Freire – Doutor Paulo – Doutor Wilson Batista – Elismar Prado – Grego da Fundação – Hely Tarquínio – Ione Pinheiro – João Junior – João Magalhães – Leleco Pimentel – Leonídio Bouças – Lincoln Drumond – Lucas Lasmar – Luizinho – Maria Clara Marra – Mário Henrique Caixa – Marli Ribeiro – Marquinho Lemos – Mauro Tramonte – Nayara Rocha – Noraldino Júnior – Oscar Teixeira – Professor Cleiton – Rafael Martins – Sargento Rodrigues – Tito Torres – Ulysses Gomes – Vitorio Júnior – Zé Guilherme – Zé Laviola.

Abertura

A presidenta (deputada Leninha) – Às 14h13min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

Ata

– O deputado Mauro Tramonte, 2º-secretário *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Correspondência

– A deputada Andréia de Jesus, 1ª-secretária *ad hoc*, lê a seguinte correspondência:

OFÍCIO

Da Companhia Energética de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 9.805/2024, da Comissão de Direitos Humanos. (– Anexe-se ao Requerimento nº 9.805/2024.)

2ª Fase (Grande Expediente)

Apresentação de Proposições

A presidenta – A presidência passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

– Nesta oportunidade, são encaminhadas à presidência as seguintes proposições:

PROJETO DE LEI Nº 3.314/2025

Declara de utilidade pública a Associação Amigos Associados de Barão de Cocais – Amabac –, com sede no Município de Barão de Cocais.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Amigos Associados de Barão de Cocais – Amabac –, com sede no Município de Barão de Cocais.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 11 de fevereiro de 2025.

Celinho Sintrocel (PCdoB)

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.316/2025

Confere ao Município de Araxá o título de Capital Estadual de Mountain Bike.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica conferido ao Município de Araxá o título de Capital Estadual de Mountain Bike.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2024.

Bosco (Cidadania), responsável da Frente Parlamentar em Defesa do Ensino Técnico e Profissionalizante do Estado de Minas Gerais, vice-líder do governo, responsável da Frente Parlamentar em Defesa da Duplicação da BR-262 no Trecho entre Uberaba e Belo Horizonte, ouvidor e vice-presidente da Comissão Extraordinária de Turismo e Gastronomia.

Justificação: A Copa do Mundo de Mountain Bike insere o Município de Araxá no cenário esportivo mais importante do mundo, consolidando Minas Gerais como referência em eventos esportivos dessa modalidade, em várias categorias.

Centenas de atletas de elite, de dezenas de países, passam pelas pistas de Araxá, o que promove o esporte no estado e, ainda, fomenta a economia regional, com geração de empregos e renda, e promoção do turismo.

O relevo também influencia em esportes dessa natureza, uma vez que 30% das rotas de cicloturismo do Brasil estão em Minas Gerais.

Acostumada a receber grandes nomes do ciclismo mundial, Araxá possui uma das melhores pistas do Brasil e do mundo, e a competição conta pontos para o ranking mundial da União Ciclística Internacional – UCI –, desde 2004 – o que torna a competição seletiva para os Jogos Olímpicos desde 2008.

As etapas da Copa do Mundo de Mountain Bike incluem provas de *cross-country* olímpico – XCO – e *short track* – XCC –, tanto para a categoria masculina quanto feminina. O XCO é a modalidade de *mountain bike* presente nos Jogos Olímpicos, na qual os atletas completam entre cinco e sete voltas em um circuito fechado. Já o XCC ocorre em um circuito menor, o que resulta em provas mais rápidas.

Em 2024, a cidade recebeu, em abril, as provas Elite e Sub-23 da Copa do Mundo de Mountain Bike, evento que incluiu pontuação para o ranking de classificação para as Olimpíadas de Paris e que, portanto, reuniu os melhores atletas do mundo. Entre março e abril de 2025, o Município também receberá a abertura da Copa Internacional e duas etapas da Copa do Mundo.

As tratativas para que a cidade recebesse o evento teve início durante a edição de 2023 – da feira de turismo ITB Berlim, na Alemanha, e um Protocolo de Intenções foi assinado, em Paris, em novembro, pelo Governo do Estado de Minas Gerais, com a Warner Bros. Discovery Sports, uma das organizadoras do campeonato.

A realização desses grandes eventos esportivos coroa os esforços do poder público e das entidades envolvidas, bem como dos atletas e da imprensa, e são um reconhecimento da qualidade da infraestrutura de Araxá que, em razão desse êxito e de um histórico consistente de apoio ao esporte, merece ser aclamada como a Capital do Mountain Bike de Minas Gerais. Para isso, peço o apoio dos nobres pares.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Esporte para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.321/2025

Reconhece como de relevante interesse cultural e artístico a Bombeiro Instrumental Orquestra Show – Bios.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica reconhecido como de relevante interesse cultural e artístico do Estado, a Bombeiro Instrumental Orquestra Show – Bios.

Art. 2º – O reconhecimento de que trata esta lei, conforme dispõe o art. 2º da Lei nº 24.219, de 2022, tem por objetivo reconhecer e valorizar bens culturais materiais e imateriais, fomentar o apreço por esses bens e incentivar expressões e manifestações culturais dos diferentes grupos formadores da sociedade mineira.

Art. 3º – Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Reuniões, 12 de fevereiro de 2025.

Raul Belém (Cidadania)

Justificação: Fundada em 16 de fevereiro de 2006, durante as comemorações da inauguração do Pelotão de Bombeiros em Muriaé-MG, a Bombeiro Instrumental Orquestra Show – Bios, surgiu como uma iniciativa inovadora no âmbito militar, utilizando da música como ferramenta e uma nova filosofia de trabalho. O projeto integrando arte e prevenção tendo a proposta de agregar valores educativos às apresentações, transformando a música em ferramenta de conscientização e em paralelo aos *shows* realizados junto a ações de prevenção a acidentes, alinhando entretenimento e segurança pública. O nome Bios vem do termo grego BIO que significa vida. E este termo é utilizado em múltiplas línguas, tornando-se desta forma um termo universal. Logo tal escolha não foi em vão, pois se buscou aliar o nome Bios – vida, à missão constitucional do Corpo de Bombeiros Militar: que é salvar vidas.

O Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais por meio da Resolução nº 413, de 28 de março de 2011, tornou oficial criação da Bios – Bombeiro Instrumental Orquestra Show, composta naquele ano por 12 músicos que abraçaram a nobre missão de fazer prevenção por meio da música de uma forma eclética e reverente. E trazendo consigo um repertório diversificado, tendo como base o *jazz* e a bossa-nova, opção que revela o comprometimento desta agremiação com a valorização da música instrumental.

A Bios mistura música, informação cultural e, principalmente, dicas de prevenção com um conteúdo acessível a qualquer público e seu objetivo é resgatar o valor da música instrumental nos mais diversos estilos, promovendo a inclusão cultural de crianças, jovens e adultos, além de associar o Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais à sua mais nobre missão: a de salvar vidas. A combinação de música, inclusão social e segurança tornou-se um grande atrativo e desta forma o trabalho expandiu-se muito rapidamente, levando a banda a ser reconhecida tanto no território mineiro como também fora dele, atingindo públicos de diferentes idades, chegando a executar mais de cento e cinquenta *shows* anuais no território mineiro e no interior da caserna militar. O projeto passou a percorrer Minas Gerais, visitando mais de noventa e dois municípios em 19 anos, levando música instrumental e mensagens de prevenção em praças, escolas e asilos.

A Bios tornou-se referência cultural, recebendo artistas consagrados e incentivando jovens talentos. Sua atuação extrapolou os quartéis: participou de eventos na Assembleia Legislativa de Minas Gerais – ALMG – e no Conservatório da UFMG, além de colaborar com projetos sociais. Escolas públicas, comunidades carentes e idosos em asilos foram públicos frequentes, ampliando o impacto social do grupo.

Com um público estimado em mais de quinhentos mil pessoas, o alcance da Bios multiplicou-se através das redes sociais, que passaram a divulgar as performances e campanhas educativas. Seu repertório evoluiu, mesclando clássicos instrumentais, trilhas de filmes e adaptações contemporâneas, sempre com arranjos criativos. O projeto também serviu de modelo para outros órgãos públicos, destacando-se pela excelência na integração entre arte e serviço militar. Por mais de uma década, manteve parcerias

estratégicas, como o projeto de prevenção a acidentes do CBMMG, usando a música para engajar o público em temas como primeiros socorros, acidentes domésticos, cuidados ao trânsito, correto acionamento do tridígito 193, dentre outros.

A trajetória da orquestra reflete 19 anos de dedicação, transformando notas musicais em instrumentos de transformação social.

Atualmente, a Bios é composta por 13 militares e é símbolo de resistência cultural e inovação institucional, provando que a arte pode ser um braço forte na missão de salvar vidas. Seu legado permanece vivo, ecoando em cada acorde e na gratidão de quem já foi tocado por sua melodia.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Cultura para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

REQUERIMENTO Nº 9.943/2025

Do deputado Raul Belém, em que requer seja constituída comissão de representação desta Casa para estar presente na Sial China, maior feira de alimentos e bebidas do mundo, que será realizada de 19 a 21/5/2025, em Xangai. (– À Mesa da Assembleia)

Comunicações

– São também encaminhadas à presidência comunicações dos deputados João Magalhães, Ulysses Gomes, Cassio Soares, Bruno Engler e Noraldino Júnior.

Oradores Inscritos

A deputada Bella Gonçalves – Obrigada, deputada Leninha. Cumprimento todos os deputados presentes, o público presente, os trabalhadores desta Casa e aqueles nos acompanham pelas redes sociais.

Venho trazer aqui três temas fundamentais que estão em voga em nosso estado. O primeiro deles: “Pedágio na região metropolitana é roubo”; e “pedágio no Vetor Norte é roubo”. Fomos surpreendidos, no início do ano, por uma tentativa do governo Zema de fazer uma consulta à população sobre o que ela pensa da concessão de vias, como a MG-10 e outras que conectam municípios como Lagoa Santa, Vespasiano e Confins – Aeroporto de Confins – à capital, e como essa concessão pode ser feita. Nós sabemos que a região metropolitana é marcada pela integração da sua população. Muitas vezes, uma pessoa mora em um município, trabalha em outro e ainda visita os parentes em um terceiro município. E tudo isso pode ser privado pelo aumento da taxa sobre a vida da população a partir do pagamento de pedágios. Motoristas de aplicativos serão prejudicados; o transporte metropolitano – transporte em ônibus –, que até hoje não tem integração, pode ficar ainda mais caro; e haverá um prejuízo enorme à população, no meu ponto de vista aplicado de forma ilegal, porque não pode haver pedágio em regiões metropolitanas.

Eu queria saber a quem o governo do Estado anda consultando, porque não vi ainda nenhuma iniciativa robusta de fazer um debate sério com a população dessas regiões. Dialogar com as cidades, dialogar com os vereadores das cidades, dialogar com a população, que, muitas vezes, fica parada no trânsito horas e horas, naquela região do Vetor Norte, sem pedágio. Imagina, com o pedágio, a situação caótica a que a gente pode assistir.

O transporte metropolitano não precisa de pedágios; ele precisa, sim, de integração dos ônibus, de redução da tarifa e de renovação da frota de ônibus. E por falar em renovação da frota de ônibus, por cláusulas contratuais, ela é uma atribuição das empresas. As empresas ganham um orçamento da tarifa e têm a obrigação de manter os ônibus em boa qualidade. Eu vim aqui, diversas vezes, denunciar como os ônibus da região metropolitana estão caóticos. Soltam a roda, pegam fogo, perdem freio, acidentam-se e, muitas vezes, colocam a vida da população em risco.

Pois bem, as empresas seriam obrigadas a fazer a renovação da frota de transporte. Acontece que o governo do Estado pegou uma parte do recurso advindo do crime da Vale, em Brumadinho, e deu de presente uma nova frota para as empresas de ônibus.

Eu não tenho problema com o fato de que a gente tenha nova frota rodando na região metropolitana, só quero saber como isso vai impactar a tarifa de transporte, porque o governador deu o aumento da passagem, sendo que ele deu também os ônibus de graça para as empresas de ônibus. Isso é ilegal. Isso é, por decreto, favorecer empreendedores privados, sem a devida autorização legislativa e sem uma lei específica que regule o subsídio do transporte. Eu quero ver a frota renovada, mas quero que essa renovação de frota consiga também se traduzir na redução das tarifas metropolitanas, que são das mais caras do País. Há cidades da região metropolitana em que a tarifa chega a custar R\$20,00. Isso é um impeditivo para que a população tenha acesso a lazer, educação, saúde, e tenha acesso a emprego e renda. Então a descoordenação do governo do Estado no assunto mobilidade urbana e mobilidade metropolitana precisa ser denunciada, e esse é o primeiro ponto que eu trago aqui, hoje, na nossa sessão plenária.

Andréia, eu queria falar também sobre Carnaval. Estamos chegando às vésperas do Carnaval de Belo Horizonte, e tanto eu quanto você somos bastante foliãs. A gente gosta de um Carnaval e conhece como o Carnaval de Belo Horizonte surgiu das lutas. Foram blocos, muitas vezes, sem patrocínio, fazendo a folia nas ruas, resistindo às tentativas de opressão do Estado, com o trabalho ambulante resistindo também na venda de cervejas, que a gente conseguiu fazer o Carnaval de Belo Horizonte virar um dos Carnavais mais potentes, inventivos e criativos do Brasil. Participam dessa folia os fazedores de cultura e também os trabalhadores ambulantes, bares, segurança pública, Belotur – todo mundo!

Acontece que o Carnaval de Belo Horizonte tem sido também marca registrada de várias inovações na produção de bebidas. A gente é a cidade do Xeque Mate, do Lambe Lambe e de uma série de marcas locais, que foram também potencializadas pelo Carnaval. Neste ano, a Prefeitura de Belo Horizonte e o governo do Estado acharam de bom tom impor ao nosso Carnaval o monopólio de bebidas da Ambev, proibindo bares e ambulantes de venderem qualquer outra bebida que não aqueles produtos que estão no catálogo da Ambev. Ou seja, só estão valendo a Brahma e a Skol Beats. Gente, isso fere, de forma direta, Tramonte, o direito do consumidor; isso fere o direito de comercialização livre dos bares; isso fere o direito dos ambulantes, que não sabiam sobre essa restrição antes do credenciamento; e isso fere a população, que tem o direito de escolher qual marca de bebida vai consumir e também de experimentar a diversidade das marcas produzidas aqui, em Belo Horizonte.

Ontem à noite, entrei com uma ação na Justiça, junto com as vereadoras Iza Lourença e Cida Falabella, para que o monopólio da venda de bebidas seja quebrado. E mais: não é papel da fiscalização ou da Polícia Militar fazer apreensão de marcas de mercadoria. A gente sabe que precisa haver fiscalização sobre a existência ou não de credenciais, sobre o tipo de mercadoria que está sendo vendida. A gente sabe que garrafa de vidro não dá, gente, de jeito nenhum. Agora, falar que uma bebida não pode ser vendida porque o patrocínio do Carnaval deste ano é da Ambev? Gente, sabe qual é o lucro estimado do Carnaval de Belo Horizonte? É de R\$1.000.000.000,00 de arrecadação para a nossa cidade; R\$1.000.000.000,00 é o valor que vai movimentar a economia local. Sabe qual é a mixaria do patrocínio da Ambev? O valor de R\$5.800.000,00. São R\$5.800.000,00 para comprar a exclusividade da venda das suas bebidas e submeter bares, restaurantes e ambulantes à impossibilidade de dialogar com a diversidade das marcas que existem em Belo Horizonte? Isso não está correto.

O papel da prefeitura deveria ser garantir um Carnaval lixo zero, com incentivo para os catadores, coisa que ainda não foi feita de forma adequada. Deveria também pensar em como garantir um espaço de acolhimento, um espaço-creche, ali no Centro, para as trabalhadoras do Carnaval, principalmente as trabalhadoras ambulantes e as trabalhadoras da reciclagem; e em iniciativas que já aconteceram em outras cidades, como Salvador, Rio de Janeiro e vários outros lugares onde o Carnaval é robusto, mas que em Belo Horizonte até hoje não são feitas.

O Carnaval é do povo, e é preciso que todo investimento público venha sem esse tipo de atrelamento, inclusive os investimentos da Cemig, da Copasa e da Codemge. Não dá para quem paga a banda escolher a música. O governo Zema vem tentando condicionar o Carnaval de Belo Horizonte ao patrocínio das empresas estatais, empresas que não são dele, são do povo mineiro. Vale bem a pena lembrar que essas empresas do povo mineiro resistem hoje a um processo de privatização que nós aqui não vamos deixar

avançar, de forma nenhuma, porque a Copasa, a Cemig e a Codemge são nossas, e o investimento que elas têm em cultura tem que ser também para garantir a diversidade da produção cultural do nosso estado e a ampliação da economia popular que acontece também no período do Carnaval.

O terceiro tema sobre o qual eu quero falar antes de conceder aparte à deputada Andréia é o desmonte do complexo do João XXIII e dos atendimentos ortopédicos em Belo Horizonte. Nós sabemos que, em 2017, o governo do Estado fechou o Galba Veloso ortopédico com a desculpa de que faria uma reforma no local. Nunca mais o Galba Veloso ortopédico voltou a funcionar. E o Hospital Maria Amélia Lins, que está ali ao lado e faz parte do complexo do João XXIII, passou a absorver a demanda de cirurgias ortopédicas no nosso estado. Pois bem, no início do ano, no apagar das luzes, Vitória, o governo fechou os seis blocos cirúrgicos do Hospital Maria Amélia Lins, complicando todas as cirurgias ortopédicas da região metropolitana, porque quem é atendido no João XXIII é o cidadão de Sete Lagoas, de Ribeirão das Neves, de Vespasiano, de toda a região. A gente é uma referência no tratamento e nas cirurgias de urgência, em especial nas cirurgias ortopédicas. Agora o bloco cirúrgico do João XXIII fica sobrecarregado, sendo que a gente tem um bloco ao lado inutilizado. A desculpa do governo do Estado: “Quebrou um equipamento que se chama arco cirúrgico”. Só que há outro arco cirúrgico no Alberto Cavalcanti absolutamente obsoleto. Será essa mais uma desculpa para fechar mais um hospital da Rede Fhemig e com isso sucatear a atenção à saúde no nosso estado? A consequência disso é muito grave.

No início do ano também, logo depois do anúncio do fechamento do Hospital Maria Amélia Lins, a Prefeitura de Belo Horizonte anunciou que paralisaria as cirurgias ortopédicas eletivas. Por quê? Não tem leito, não tem cirurgião, não tem capacidade. Uma coisa não está relacionada a outra? Isso é impossível, não é, gente? Não podem brincar com a minha cara. O desmonte na área da saúde não pode prosperar. E eu espero que essa discussão venha à tona na Assembleia, nos próximos meses, quando a gente vai discutir o projeto da Geosp, da gestão hospitalar privada no Estado de Minas Gerais. Mais uma tentativa do governo Zema de desmontar a Rede Fhemig e precarizar a atenção à saúde.

São esses três temas que eu queria trazer, presidente. Concedo aparte à deputada Andréia.

A deputada Andréia de Jesus (em aparte) – Obrigada, deputada. Quero, primeiro, parabenizar V. Exa. pelas pautas que trouxe. De fato, esses são temas urgentes, que precisam ser tratados aqui, na Assembleia, porque o Carnaval ficou na mão de Belo Horizonte, como se não fosse dos mineiros. E o transporte público, muitas vezes, impede as pessoas de virem festejar o Carnaval, porque o transporte público também está na mão daqueles que só têm interesse nas empresas, e não no direito à cidade, que é o que a senhora defende muito bem.

Questão de Ordem

A deputada Andréia de Jesus – Eu queria pedir 1 minuto de silêncio. Infelizmente, Ribeirão das Neves está em luto por Stefany, uma adolescente morta brutalmente. A polícia tem identificado hoje o responsável que responde pelo crime. Ele é um pastor, uma pessoa de extrema confiança do povo. Nós estamos falando de líderes religiosos. Quero 1 minuto de silêncio por essa jovem e pelo número de feminicídios que têm acontecido no Estado. Infelizmente, ele interrompeu a vida de uma criança, de uma jovem, e deixou a cidade toda apavorada. Então peço 1 minuto de silêncio. Obrigado pelo aparte.

A deputada Bella Gonçalves – Sim. Um minuto de silêncio concedido.

Homenagem Póstuma

O presidente (deputado Leleco Pimentel) – É regimental. Concedemos 1 minuto de silêncio, conforme o pedido da oradora.
– Procede-se à homenagem póstuma.

O presidente – Com a palavra, para seu pronunciamento, a deputada Bella Gonçalves.

A deputada Bella Gonçalves – Obrigada, Andréia. De fato, esse tema deixa comovidas todas as mulheres de Ribeirão das Neves, do nosso estado e de todos os lugares. Recentemente, na Comissão de Mulheres, a gente recebeu a denúncia de um padre que,

também utilizando um lugar de autoridade religiosa, cometeu crimes contra mais de 70 crianças e adolescentes. Isso não pode continuar dessa forma, e a gente espera que haja justiça pela Stefany. Obrigada por trazer esse tema aqui.

Nos segundos que me restam, eu gostaria de manifestar o meu repúdio ao governador do Estado, que questionou uma lei legítima, aprovada pela Assembleia Legislativa, com protagonismo especial da minha colega Beatriz Cerqueira, a Lei do Piso da Educação. Ora, um governador que deu para si mesmo 300% de aumento e faz vídeos debochando do preço dos alimentos, comendo banana, negar o reajuste mínimo salarial para professoras e professores é algo que, de fato, merece o nosso destaque e o nosso repúdio no dia de hoje.

A deputada Andréia de Jesus – Boa tarde, colegas deputadas e deputados. Boa tarde, deputado Leleco Pimentel, que está presidindo esta sessão. Achei que não iria conseguir falar, por isso pedi aparte à deputada. Quero seguir com esse assunto. Trata-se de um assunto que deixou a cidade de Ribeirão das Neves extremamente comovida. As mulheres seguem com medo. É importante a gente discutir isso, porque, ontem, infelizmente, o governador usou as redes sociais, como muitos têm feito, marqueteiros, vulgarizando o papel do político. Nós estamos num estado onde o número de mulheres que sofrem com o feminicídio, interrompendo famílias, interrompendo vidas, é muito alto e precisamos de políticas para enfrentar isso. No caso, temos de falar desse crime que nos abalou profundamente nesta semana: o assassinato da Stefany Vitória Teixeira Ferreira, uma menina de 13 anos, que tinha sonhos, família, a vida toda pela frente, e morreu de forma cruel. Vimos, na cidade, crescer a violência. A cidade cresce e, com ela, cresce a violência. Por isso eu acho que esse crime impactou tanto a cidade. É raro ver violências ou crimes praticados com esse nível de violência, deputada Beatriz, em Ribeirão das Neves. É uma cidade que, embora muito próxima de Belo Horizonte... O deputado Vítório, que aqui está, sabe que é raro ver situações tão graves envolvendo os moradores de Ribeirão das Neves. Mas a cidade cresce, e a violência chega.

A gente também precisa discutir, como a deputada Bella Gonçalves colocou, o direito das mulheres à cidade. Não se pode responsabilizar uma criança, uma jovem, uma adolescente de 13 anos por ter sofrido um crime que interrompeu a vida dela e deixou todas as mulheres amedrontadas, inseguras, com medo de sair de casa. E aqui há um fator ainda mais grave: o feminicídio. Quem responde por esse crime é um pastor, um tipo de pessoa em quem a gente confia. A gente confia os nossos filhos à escola dominical, a gente confia os nossos filhos à catequese, como a deputada Bella Gonçalves mesmo disse. Nós estamos falando de líderes religiosos que têm utilizado o espaço religioso para mascarar crimes. Nesse caso, a violência contra a mulher, que levou à morte essa menina, também continua acontecendo. Há muitos líderes religiosos que usam os espaços de poder, da tribuna, para atacar. A gente precisa reconhecer isso e responsabilizá-los.

O mais grave também – e a gente está acompanhando o caso, porque fez parte de várias matérias jornalísticas, a cidade ficou tomada pela imprensa, que foi entrevistar pessoas e familiares – é que a família, assim que a menina desapareceu, procurou a Polícia Militar, que não fez o boletim de ocorrência. “Ah, não! Ela volta, ela deve ter ido ali. Há casos em que a pessoa foge de casa”. Então a família estava apavorada com o desaparecimento dessa jovem, e a polícia se recusou a fazer o boletim de ocorrência, se recusou a agir. Talvez, hoje, essa menina estivesse viva. É revoltante.

O crime foi cometido por alguém que se escondeu atrás da fé. É revoltante ver como algumas pessoas usam a religião como escudo e máscara para esconder a verdadeira face de milicianos, face de antidemocratas, face macabra como a desse homem que destruiu a vida de uma família inteira e deixou uma cidade toda em luto. Como se não bastasse essa tragédia, o desaparecimento demorou a ser admitido pelas autoridades policiais. A mãe buscou ajuda, mas houve a recusa relativa ao boletim de ocorrência. Essa omissão custou a vida da Stefany. E eu pergunto: quantas mulheres e quantas famílias o serviço público também têm recusado, inclusive o serviço público de segurança, porque elas estão sendo questionadas sobre se estão ou não dizendo a verdade? Nós precisamos fortalecer as políticas de proteção para as mulheres. É uma luta que a gente enfrenta aqui, na Assembleia Legislativa. O

orçamento que, nos últimos anos, chegou para essa área não chega a R\$400.000,00, enquanto o de outras políticas, como a de segurança pública, chega a ser de R\$10.000.000,00 por mês.

Então, de fato, o aumento da violência não é uma responsabilidade isolada de nenhuma família, de nenhuma mãe. É uma responsabilidade do Estado, e a gente precisa cobrar aqui daqueles que podem interferir no orçamento, cobrar do governador o compromisso com a política voltada para as mulheres, para o cuidado, para o treinamento de policiais para atender com prontidão e com urgência os casos. De qualquer forma, eu deixo aqui a minha solidariedade. Vamos seguir lutando para que todas as mulheres tenham direito à vida. Que nenhuma família possa passar pela dor que essa família está passando. Eu sou mãe e sei que perdemos um pedaço da gente quando perdemos um filho, é um pedaço da vida dessa família. A Stefany não será esquecida. Essa não é uma frase isolada, não é uma frase oportunista. Nós estamos dizendo que a nossa luta, como mulheres, aqui na Assembleia Legislativa, é para que elas tenham vida, proteção, garantia. Isso começa desde a fase da educação, mas é fundamental que o Estado tenha políticas específicas para enfrentar a violência, seja com formação, seja com cartilha, com debate nas escolas, com delegacias bem estruturadas, com o trabalho volante do Cras visitando as casas, acompanhando as famílias, para que situações como essa não se repitam jamais. Essa luta seguirá firme para que nenhuma menina tenha a vida interrompida dessa forma tão cruel.

Essa é a minha contribuição nesta tarde. Boa tarde. Obrigada, presidente.

O deputado Ricardo Campos – Obrigado, deputado Leleco, que preside esta reunião ordinária. Caros colegas deputados, caras colegas deputadas, é com alegria imensa que eu retorno a esta tribuna para trazer diversas informações de que o Brasil, com o presidente Lula, voltou a sorrir. O presidente Lula tem colocado o povo no orçamento, tem colocado o pobre no orçamento em detrimento do que nós vemos aqui, em Minas Gerais. Eu inicio a minha fala pontuando sobre esses dois dias que nós estivemos em Brasília ao lado do deputado federal Paulo Guedes, ao lado de centenas de prefeitos do Norte de Minas, do Mucuri, do Jequitinhonha, da Grande BH. Agora os nossos ministérios têm orçamento. Não é mais orçamento secreto nem muito menos para beneficiar apenas uma minoria de parlamentares.

Os programas do governo do presidente Lula realmente estão saindo do papel, diferente daquilo que nós vimos aqui em Minas Gerais. Com uma alegria imensa, eu estive ontem com o ministro Alexandre Silveira, ministro de Minas e Energia, que esteve recentemente, na segunda-feira, em Janaúba, anunciando mais de R\$9.000.000.000,00 de investimento em linhas de transmissão, o que está gerando emprego e renda para mais de 100 mil pessoas em Minas Gerais e em todo o Brasil. Essas linhas, além de abastecer o sistema nacional de energia, possibilitarão que os nossos produtores de geração distribuída coloquem a energia fotovoltaica nos acessos às redes, que, aqui, em Minas Gerais, têm sido negadas pela Cemig. Elas têm sido negadas, como tentativa de usurpar do trabalho, que é privado, dos pequenos empreendedores da geração distribuída, que colocam a usina fotovoltaica no chuveiro de uma residência, no telhado de uma casa, numa fábrica, numa indústria. Muitas vezes, mais de 10 mil empreendedores são penalizados, porque a Cemig age na contramão do que tem feito o governo do presidente Lula. É um trabalho que apuraremos a fundo, para verificar se não há conluio em favor da Cemig SIM, que deveria ser meramente uma empresa pública da Cemig para fazer ligações para o próprio Estado, uma vez que o privado gera emprego, gera renda e, mais ainda, coloca a energia solar, a energia sustentável para o nosso povo.

Gostaria de dizer que, ao lado do deputado federal Paulo Guedes, estivemos ontem com o ministro Alexandre Silveira. Foi uma alegria ter participado de uma grande agenda na Enbpar e ter o anúncio da retomada do programa Luz para Todos em Minas Gerais. O Luz para Todos é uma realidade em Minas Gerais. O programa prevê ligações gratuitas à população de baixa renda, aos beneficiários do CadÚnico, aos geraizeiros, aos barraqueiros, aos ribeirinhos, aos vazanteiros, aos quilombolas, aos indígenas, aos agricultores familiares, aos moradores do campo, da zona rural. De imediato, a mobilização do nosso mandato fez com que 4 mil ligações em diversos cantos do Estado fossem autorizadas, tendo a ordem de serviço da Cemig já sido concedida para ligação em mais de quatrocentos e quarenta domicílios e assentamentos da reforma agrária do Incra. Esperamos que a Cemig não passe pano quente

para ela mesma e não enrole. Esperamos que ela faça as ligações o quanto antes, porque foi aportado o recurso no orçamento geral da União, a ser votado no Congresso, em março. Com isso, a execução do programa já poderá começar nos assentamentos.

Outra boa notícia que temos é que recebemos das mãos do ministro e do Dr. Miguel, lá da Enbpar, a ordem de serviços de R\$14.000.000,00 para ligação em mais de cento e noventa e oito localidades de Minas Gerais, no Triângulo Mineiro, no Noroeste, no Mucuri, no Norte de Minas e no Jequitinhonha. Essas ligações beneficiarão pessoas individualmente, beneficiários do CadÚnico, poços artesanais de comunidades rurais, fabriquetas de farinhas e entidades sociais, mas, mais ainda, a população. Somente no Município de Januária, R\$3.800.000,00 serão investidos para levarmos energia a mais de cento e quarenta famílias dos nossos assentamentos e comunidades quilombolas.

Mais ainda: temos visto a retomada do programa Leite pela Vida, que em Minas é apelidado de Leite Minas. No governo federal, é o PAA Leite. Em Minas Gerais, somente no convênio de 2024 e 2025, R\$13.000.000,00 garantem que mais de setenta municípios sejam atendidos. Ontem tivemos uma agenda com a secretária nacional de Segurança Alimentar, Lilian Rahal, e está garantida a continuidade do convênio, devendo o Idene, até o dia 30 de março, prestar contas e manifestar interesse pela continuidade do programa para ampliá-lo para mais cidades. Queremos ver o programa chegando também a Montes Claros, a Teófilo Otoni e a tantos municípios que sonham ter a retomada de um bem tão precioso, um alimento tão nutricional para a vida, para os nossos familiares: o leite.

Mais ainda: com alegria imensa, vimos que o governo Lula anunciou o novo PAC, e com ele foram anunciadas novas UBS e dinheiro para cirurgias eletivas. Também recebemos uma boa notícia ontem para o povo de Manga, de Itacarambi, de São João das Missões, do Extremo-Norte: o anúncio do ministro Renan Filho, ao lado do deputado federal Paulo Guedes, do orçamento garantido. Nos próximos dias – a previsão é que seja já no início de março –, no Município de Manga, será dada a ordem de serviço para a obra de pavimentação da BR-135, de Manga a São João das Missões. É uma conquista histórica, graças ao deputado Paulo Guedes, que sempre se empenhou nessa obra; mas principalmente graças ao nosso mandato e mais ainda a ele, ao presidente Lula, que tem feito o Brasil voltar a ter orçamento para quem mais precisa.

Para finalizar, são muitas notícias boas que queríamos trazer. Uma delas é que, hoje, o nosso mandato assumiu a presidência da Comissão de Participação Popular, tão bem presidida, no biênio anterior, pelo nosso amigo, deputado Marquinho Lemos, ao lado do nosso companheiro, deputado Leleco Pimentel. Nessa comissão, pudemos mobilizar o Estado por meio dos movimentos sociais, das prefeituras, dos vereadores e das lideranças, que trouxeram demandas para que o Estado faça o mínimo. Em mais de oito audiências públicas do PPAG, no ano de 2024, foram apresentadas quase mil propostas para que o Estado de Minas Gerais fortalecesse a segurança, a saúde, o apoio às políticas afirmativas para as mulheres, o abastecimento de água com barragens e a energia fotovoltaica. E, pasmem, com um orçamento proposto em torno de R\$170.000.000,00 para atender o interesse daqueles que manifestaram, daqueles que propuseram, o Estado se limita a dizer que atenderá no máximo R\$25.000.000,00. Isso é um absurdo, uma proporção descabida, que nós combateremos aqui. Iremos propor ações orçamentárias, deputado Leleco, na proporção dos órgãos que executam ações para si próprios.

Está aqui a deputada Bella, que nos acompanhou, que é uma lutadora a favor da assistência social. Nós poderemos, deputada Bella, através da participação efetiva da Assembleia junto ao Conselho de Segurança Alimentar do Estado e ao Conselho Estadual de Assistente Social, fazer com que o Fundo Estadual de Assistência Social – Feas – chegue aos municípios na proporção da necessidade dos municípios, e não de projetos descabidos que o governo finge ter, tentando mentir para o povo. Nós queremos trazer esse debate para a Casa.

Mais ainda, também sobre o Fundo de Erradicação da Miséria, a universalização do acesso à água para o povo que mais precisa tem que ser uma realidade. O Idene, que na reforma promovida pelo governo foi jogado num cantinho da Sedese para ser meramente executor de programa federal, deveria e deverá ter a sua valorização. Os seus servidores são servidores valorosos,

qualificados, que merecem receber o respaldo. E aqui, nas reformas administrativas, o Estado sequer se lembrou de colocar as vantagens para dar uma carreira justa a esses servidores, que nós defendemos. Nós propusemos, dentro do Fundo de Erradicação da Miséria, R\$50.000.000,00 para garantir água de qualidade nos nossos grotões, nos nossos cantos, mas, até hoje, não vimos R\$0,01 ser executado. Mas o nosso mandato, com os nossos colegas do Bloco Democracia e Luta, irá pautar aqui, nesta Casa, que esse orçamento chegue aos nossos municípios.

Graças à participação popular, à mobilização, ao diálogo e às negociações políticas para avançar naquilo que é possível para o Estado, nós conseguimos executar, através da Comissão de Participação Popular, esses quase R\$25.000.000,00 em 2024. Ai, mais uma vez, o governador “Zemagogo”, que é o rei do chapéu alheio – sempre fez isso em seu governo –, anuncia mais uma vez conquistas para o povo mineiro, mas esconde a origem delas. No próximo dia 18, nós estaremos fazendo entregas de patrulhas mecanizadas a diversos municípios para ampliar a capacidade produtiva da agricultura familiar, gerar emprego e renda, gerar sustento na casa das famílias. Ai o orçamento da Comissão de Participação Popular, aprovado neste Plenário com esses deputados, garantiu que nós possamos, na próxima terça-feira, fazer a entrega de 58 equipamentos agrícolas, tratores com grade aradora, implementos, promovendo o acesso da política pública àqueles que pautaram. Mais uma vez, ele quer contar papo com a história dos outros e dar uma de rei de chapéu alheio. Por favor, governador, execute o orçamento das demandas da sociedade.

Eu quero aqui estabelecer esse diálogo, um diálogo através da Comissão de Participação Popular, para que o Estado cumpra a regra do Fhidro e a verba de mais de R\$1.000.000.000,00 arrecadada através da Feam, através da Semad, possa ser discutida no conselho gestor, a fim de que possamos saber, deputada Beatriz, qual a bacia hidrográfica, qual o projeto de nascente, qual o projeto de rio vai receber recurso para garantir a sustentabilidade ambiental dos nossos rios, dos nossos córregos e das nossas nascentes.

Por fim, são muitas as ações que nós desenvolveremos ao longo deste ano, mais ainda com o apoio dos nossos colegas do Bloco Democracia e Luta. Não aceitaremos que o governo deixe de cumprir com a sua obrigação, aguardando a boa vontade somente daqueles que o fazem. Mas eu tenho certeza de que o governo do presidente Lula avançará com as políticas afirmativas de enfrentamento à violência contra a mulher, de enfrentamento à violência contra qualquer tipo de raça e gênero, para que o povo brasileiro possa ter uma vida melhor. Acredito que a nossa Comissão de Participação Popular cumprirá esse papel de trazer o debate.

Quero ainda dizer que nós estaremos vigilantes, cobrando para que o governador faça com que ocorram as obras para o Norte de Minas. A pavimentação da MG-479, de Januária à Chapada Gaúcha, não pode ficar na promessa eleitoral. Há sete anos foram lá, anunciar as obras; voltaram na época da eleição passada, em 2022; até hoje não se passou dos 4km feitos com recursos do município em parceria com a União. Mais ainda, nós não podemos deixar que a *fake news* seja maior que a verdade da política pública orgânica. Recentemente, deputado Leleco, apresentaram a situação de risco da ponte do Rio São Francisco, entre Januária e Pedras de Maria da Cruz. Prontamente o nosso mandato acionou a Seinfra, acionou o DER, que determinou à equipe técnica que fizesse a vistoria e constatou que não há nenhum risco de vida, não há nenhum risco de desabamento. Mas vêm lá, senadores, deputados federais, estaduais, fazer propaganda, botar medo no povo de que aquela ponte pode cair e, com isso, pode gerar transtornos e danos à vida do ser humano.

Gente, vamos dar um basta nas *fake news*. Vamos dar um basta nos políticos que são meramente propagadores de si mesmos e vamos discutir, aqui, orçamento e ações afirmativas, principalmente para quem mais precisa. O grotão sabe que pode contar com este parlamentar, com o nosso trabalho aqui na Assembleia, com os municípios de pequeno porte, com as lideranças menos ouvidas, porque Minas existe também Gerais. Por isso quero dizer que é uma alegria retomar este trabalho, junto com os colegas, para cumprir nosso papel, a quem nos delegou: o povo de Minas Gerais. Muito Obrigado, presidente.

2ª Parte (Ordem do Dia)**1ª Fase****Abertura de Inscrições**

O presidente – Não havendo outros oradores inscritos, a presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo as comunicações da presidência e de deputados e a apreciação de pareceres e de requerimentos. Estão abertas as inscrições para o Grande Expediente da próxima reunião.

Leitura de Comunicações

– A seguir, o presidente dá ciência das seguintes comunicações:

do deputado João Magalhães, líder do governo, indicando os deputados Zé Laviola, Enes Cândido e Bosco e as deputadas Lud Falcão e Nayara Rocha para vice-líderes do governo;

do deputado Ulysses Gomes, líder do Bloco Democracia e Luta, indicando os deputados Lucas Lasmar, Marquinho Lemos, Celinho Sintrocel e Doutor Jean Freire para vice-líderes do referido bloco;

do deputado Cassio Soares, líder do Bloco Minas em Frente, indicando os deputados Dr. Maurício, Rafael Martins e Vitório Júnior e a deputada Chiara Biondini para vice-líderes do referido bloco;

do deputado Bruno Engler, líder da Bancada do PL, indicando a deputada Amanda Teixeira Dias e os deputados Caporezzo e Sargento Rodrigues para vice-líderes da referida bancada; e

do deputado Noraldino Júnior, líder do Bloco Avança Minas, indicando a deputada Carol Caram e os deputados Doutor Paulo, Neilando Pimenta e Professor Wendel Mesquita para vice-líderes do referido bloco (Ciente. Publique-se.).

Acordo de Líderes

A totalidade dos líderes com assento nesta casa ratifica a composição das comissões resultante das cessões de vagas comunicadas em 12 de fevereiro e deliberam que, nos casos em que as vagas de membro efetivo e suplente não pertencerem à mesma bancada ou bloco parlamentar, a indicação de substituição de membros de comissão, nos termos do art. 117 do Regimento Interno, será realizada pelo líder da bancada ou do bloco parlamentar detentor da vaga de membro efetivo.

Sala das Reuniões, 13 de fevereiro de 2025.

Cassio Soares, líder do BMF – Noraldino Júnior, líder do BAM – Ulysses Gomes, líder do BDL – Bruno Engler, líder do PL – Roberto Andrade, líder da Maioria – Cristiano Silveira, líder da Minoria.

Decisão da Presidência

A presidência acolhe o acordo e determina seu cumprimento.

Mesa da Assembleia, 13 de fevereiro de 2025.

Leleco Pimentel, no exercício da presidência.

Registro de Presença

O presidente – A presidência gostaria de registrar a presença, em Plenário, nesta reunião ordinária, do deputado federal Odair Cunha, ex-líder do governo Lula na Câmara dos Deputados. Seja sempre bem-vindo. Que bom que está aqui.

Questão de Ordem

O deputado Coronel Henrique – Pela ordem, Sr. Presidente. Presidente, eu gostaria de, com muito pesar, solicitar 1 minuto de silêncio pelo falecimento, no dia de hoje, do Dr. Leonardo Maciel. Ele foi médico-veterinário, servidor da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte e uma referência na nossa profissão. Foi graduado e mestre pela UFMG. Sempre foi um lutador pela causa animal.

Dedicou a sua vida aos animais, desde os bancos escolares, até que, nesta semana, teve um mal súbito e acabou falecendo no dia de hoje. Solicito uma homenagem da Assembleia Legislativa e, especialmente, da Sociedade Mineira de Medicina Veterinária, da qual eu sou o presidente. Muito obrigado, senhor.

Homenagem Póstuma

O presidente – É regimental. Concedemos 1 minuto, em nome de todos os deputados da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, em homenagem ao Dr. Leonardo Maciel, conforme solicitado pelo deputado Coronel Henrique.

– Procede-se à homenagem póstuma.

Encerramento

O presidente – Cumprido o objetivo da convocação, a presidência encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a ordinária de terça-feira, dia 18, às 14 horas, com a ordem do dia a ser publicada. Levanta-se a reunião.

ATA DA 20ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 5/9/2024

Às 10h6min, comparece à reunião a deputada Beatriz Cerqueira, membro da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidenta, deputada Beatriz Cerqueira, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a debater, em audiência pública, os desafios da busca de justiça climática e socioambiental, com foco na luta por reparação dos crimes ocorridos nas Bacias dos Rios Doce e Paraopeba. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência registra a presença das Sras. Varner Santana Moura, atingida pelo rompimento da Barragem do Fundão e moradora do Município de Marilândia (ES); Maria Aparecida Silva Guimarães, atingida pelo rompimento da Barragem de Fundão e moradora do Quilombo Quatorze, no Município de Naque; Vanilda Aparecida de Castro Souza, atingida pelo rompimento da Barragem de Fundão, moradora do Município de Rio Doce; Kelli Cristine de Oliveira Mafort, secretária-executiva da Secretaria-Geral da Presidência da República; e Mônica dos Santos, membro da Comissão de Atingidos de Bento Rodrigues, em Mariana; e os Srs. Bráulio Santos Rabelo de Araújo, defensor público do Estado; Jairo Nogueira Filho, presidente da Central Única dos Trabalhadores – CUT-MG; Joceli Jaison José Andrioli, membro da Coordenação Nacional do Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB; e Antônio Lopes de Carvalho Filho, defensor público do Estado, representando a defensora pública-geral do Estado. A presidenta, autora do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A presidente recebe ofício da instituição Revida Mariana, que contém a pauta de reivindicações de atingidos da Bacia do Rio Doce e do litoral capixaba, enviado a desembargadores do Tribunal Regional Federal da 6ª Região. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião extraordinária, dia 10/9/2024, às 10 horas, e para a próxima ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 10 de setembro de 2024.

Beatriz Cerqueira, presidente.

ATA DA 22ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 16/10/2024

Às 10h13min, comparecem à reunião as deputadas Ione Pinheiro e Bella Gonçalves e os deputados Tito Torres e Noraldino Júnior, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Tito Torres, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é

subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 10.925/2024, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – e à Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Ouro Preto pedido de providências para a promoção de melhorias nas condições ambientais no Distrito de Miguel Burnier, nesse município, diante da grave degradação decorrente da atuação de indústrias de mineração e siderurgia no local, em especial para que realize fiscalização rigorosa das atividades da mineradora Gerdau, notadamente na Mina da Campina e nas pilhas da Sardinha, verificando a legalidade das operações e o cumprimento das condicionantes ambientais; investigue e tome as medidas cabíveis em relação ao assoreamento de nascentes, desvios de cursos d'água e possíveis irregularidades nos projetos de empilhamento a seco; e verifique a legalidade da supressão de mata nativa para instalação do canteiro de obras, construção de barramentos e abertura de vias para a mineração na região;

nº 10.926/2024, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja encaminhado à Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa –, ao Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam –, à Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SMMA – de Ouro Preto e à Ouro Preto Serviços de Saneamento S.A. – Saneouro – pedido de providências para a garantia da qualidade das águas e do abastecimento hídrico no Distrito de Miguel Burnier, nesse município, diante da grave degradação decorrente da atuação de indústrias de mineração e siderurgia no local, em especial para que seja realizado estudo técnico para identificar e proteger as nascentes que abastecem a comunidade, propondo-se medidas de recuperação das áreas impactadas pelas atividades minerárias, e para que seja elaborado e implementado um plano emergencial com vistas a garantir o fornecimento de água para consumo humano em quantidade e qualidade adequadas para a população local;

nº 10.927/2024, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja encaminhado ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan – pedido de providências para a preservação do patrimônio histórico e cultural no Distrito de Miguel Burnier, no Município de Ouro Preto, diante da grave degradação decorrente da atuação de indústrias de mineração e siderurgia no local, em especial para que fiscalize e interrompa, imediatamente, quaisquer obras ou intervenções não autorizadas na área do Cemitério de Escravizados e no conjunto histórico arquitetônico de Miguel Burnier ou que os afetem e para que realize um inventário detalhado do patrimônio histórico e cultural do distrito, propondo medidas de proteção e restauração;

nº 10.928/2024, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde – SES – e à Secretaria Municipal de Saúde – SMSA – de Ouro Preto pedido de providências para promoção, recuperação e garantia da saúde pública no Distrito de Miguel Burnier, nesse município, diante da grave degradação decorrente da atuação de indústrias de mineração e siderurgia no local, em especial para que seja realizado estudo epidemiológico para avaliar o impacto da atividade minerária na saúde física e mental da população, com atenção especial aos casos de síndrome do pânico e de depressão, e para que seja proposto e implementado um programa de assistência à saúde mental para a comunidade;

nº 10.929/2024, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja realizada visita ao Distrito de Miguel Burnier, no Município de Ouro Preto, para verificar suas condições socioambientais, diante da atuação de indústrias de mineração e siderurgia, bem como as possibilidades de melhoria dessas condições;

nº 10.930/2024, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja formulada manifestação de pesar pelo falecimento da equipe de bombeiros militares e de socorristas composta pelo Cap. BM Wilker Tadeu Alves da Silva, pelo 1º-Ten. BM Victor Stehling Schirmer, pelo Sgt. BM Welerson Gonçalves Filgueiros, pelo 1º-Ten. BM Gabriel Ferreira Lima e Silva, pelo médico Marcos Rodrigo Trindade e pelo enfermeiro Bruno Sudário França, em razão de acidente de helicóptero na Pedra de Amolar, no Distrito de São Bartolomeu, no Município de Ouro Preto, quando realizava busca por avião utilizado no combate aos incêndios florestais;

nº 10.931/2024, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad –, ao Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam –, à Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico – ANA –, à Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SMMA – de Betim, à Defesa Civil de Betim, à Secretaria de Estado de Saúde – SES –, à Secretaria Municipal de Saúde – SMSA – de Betim, à Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SMMA – de Sabará e à Secretaria Municipal de Saúde – SMSA – de Sabará pedido de providências com vistas a que, de forma urgente, tomem as medidas necessárias para preservar o meio ambiente e a saúde pública em relação à mortandade de peixes identificada a partir de 11/10/2024, no Rio Paraopeba, na divisa entre os Municípios de Betim e Juatuba, e no Rio das Velhas, em Sabará e Baldim, em especial para que sejam investigados os fatos e suas causas e identificados os responsáveis; realizados monitoramentos nas áreas, sobretudo em relação à qualidade da água e da saúde da fauna e da flora; e realizadas as ações necessárias para a pronta recuperação ambiental, da qualidade da água e da saúde da fauna e da flora, devendo para tanto serem realizadas vistorias conjuntas dos órgãos públicos e das comunidades locais para verificar as condições ambientais e adotar as providências cabíveis para evitar novos episódios semelhantes; e com vistas a que seja dada ampla divulgação aos resultados das investigações e das medidas adotadas para sanar o problema e evitar novos incidentes dessa natureza, conforme os princípios da transparência e da responsabilidade socioambiental;

nº 10.932/2024, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja encaminhado ao presidente da Vale S.A., ao presidente da Agência Nacional de Águas, ao secretário municipal de Meio Ambiente de Sabará e ao secretário municipal de Meio Ambiente de Betim pedido de informações sobre a mortandade de peixes identificada a partir do dia 11/10/2024 no Rio Paraopeba, no limite entre os Municípios de Betim e Juatuba, e no Rio das Velhas, em Sabará e Baldim, especificando-se os elementos decorrentes das investigações sobre os fatos e suas causas e a identificação de seus responsáveis; os resultados dos monitoramentos nas áreas, especialmente em relação à qualidade da água e à saúde da fauna e da flora; e as medidas tomadas para a pronta recuperação do meio ambiente, da qualidade da água e da saúde da fauna e da flora;

nº 10.933/2024, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, ao diretor-geral do Instituto Mineiro de Gestão das Águas, à secretária de Estado de Planejamento e Gestão, ao coordenador do Comitê Gestor Pró-Brumadinho e ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre a mortandade de peixes identificada a partir de 11/10/2024, no Rio Paraopeba, na divisa entre os Municípios de Betim e Juatuba e no Rio das Velhas, em Sabará e Baldim, em especial sobre os elementos decorrentes das investigações sobre os fatos e suas causas e a identificação dos responsáveis; os resultados dos monitoramentos nas áreas em relação à qualidade da água e da saúde da fauna e da flora; e as medidas tomadas para a pronta recuperação ambiental da qualidade da água e da saúde da fauna e da flora; e, especificamente ao Comitê Gestor Pró-Brumadinho, sobre as ações de reparação do Rio Paraopeba previstas no acordo global de reparação voltadas à recuperação do rio, à retirada dos rejeitos do seu leito e às demais ações previstas;

nº 10.934/2024, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja encaminhado ao Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam – e à Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa – pedido de providências com vistas a que, considerando as denúncias de moradores de Moeda de que há cerca de dois anos a água fornecida pela Copasa apresenta alto índice de turbidez, com coloração amarelada, e de que as caixas d'água permanentemente apresentam sujeira excessiva e material depositado ao fundo dos reservatórios, sejam realizadas análises e estudos circunstanciados acerca da qualidade da água que abastece o perímetro urbano de Moeda, em especial no que se refere a coloração e turbidez, bem como das condições ambientais em que se insere a água captada; e com vistas a que se verifiquem as causas ambientais que levam a essa situação, bem como a que se proceda à adoção das medidas necessárias para corrigir, adequar e aprimorar o tratamento realizado na estação de tratamento localizada no Bairro Sertão, em Moeda, de modo que se garantam o pleno abastecimento com água de qualidade, insípida, inodora e incolor e condições adequadas do meio ambiente local; e seja encaminhado às referidas entidades o documento que contém imagens da água fornecida aos moradores, evidenciando sua turbidez;

nº 10.935/2024, da deputada Ione Pinheiro, em que requer seja encaminhado ao diretor-presidente da Companhia de Saneamento de Minas Gerais pedido de informações consubstanciadas sobre os percentuais dos esgoto doméstico e industrial, de acordo com o Programa de Recebimento e Controle de Efluentes Não Domésticos – Precend –, coletado e tratado nos Municípios de Ibirité, Sarzedo e Betim, especificando-se os percentuais de contribuição de cada um para a Lagoa de Ibirité;

nº 10.936/2024, da deputada Ione Pinheiro, em que requer seja encaminhado ao diretor-geral do Instituto Mineiro de Gestão das Águas pedido de informações sobre os resultados de todas as análises de monitoramento da qualidade da água na bacia hidrográfica em que está situada a Lagoa de Ibirité, no âmbito do Programa Água de Minas, apresentando-se as violações ocorridas nos anos de 2023 e 2024;

nº 10.937/2024, da deputada Ione Pinheiro, em que requer seja encaminhado ao presidente da Refinaria Gabriel Passos, da Petrobras, pedido de informações sobre o cronograma atual da refinaria e os motivos do atraso e da prorrogação do prazo para a apresentação dos resultados do projeto AquaSense, que vem sendo conduzido pela UFMG, em conjunto com a Uemg, uma vez que, na audiência pública da comissão que ocorreu em Ibirité, em 8/11/2023, teria sido informado que o projeto teria início em março de 2024.

Em seguida, é aprovado relatório de visita, realizada no dia 3/6/2024, à Mina Granja Corumi, da Empresa de Mineração Pau Branco Ltda. – Empabra –, na Serra do Curral, no Município de Belo Horizonte (Requerimento nº 8.561/2024). Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 30 de outubro de 2024.

Tito Torres, presidente – João Magalhães – Grego da Fundação.

ATA DA 1ª REUNIÃO ESPECIAL DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 12/2/2025

Às 16h5min, comparecem à reunião a deputada Delegada Sheila (substituindo o deputado Eduardo Azevedo, por indicação da liderança do PL) e os deputados Sargento Rodrigues, Bruno Engler, Delegado Christiano Xavier e Tito Torres (substituindo o deputado Rafael Martins, por indicação da liderança do BMF), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente *ad hoc*, deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a eleger o presidente e o vice-presidente. Registra-se a candidatura do deputado Sargento Rodrigues para o cargo de presidente e a candidatura do deputado Delegado Christiano Xavier para o cargo de vice-presidente. Após votação nominal, são eleitos e empossados o deputado Sargento Rodrigues e o deputado Delegado Christiano Xavier para os cargos de presidente e vice-presidente, respectivamente. A presidência fixa o horário das reuniões ordinárias às quartas-feiras, às 10 horas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para as próximas reuniões extraordinárias, dia 13/2/2025, às 10 horas e às 13h30min, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 13 de dezembro de 2025.

Sargento Rodrigues, presidente – Tito Torres – Lincoln Drumond.

**ORDEM DO DIA****ORDEM DO DIA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 20/2/2025****1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES****PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 1.329/2023****Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas****Relatório**

De autoria do deputado Duarte Bechir, o projeto de lei em epígrafe visa dar denominação ao trecho da Rodovia MGC-383 que liga o Município de Piranguçu à divisa com o Estado de São Paulo.

A proposição foi distribuída às Comissões de Constituição e Justiça e de Transporte, Comunicação e Obras Públicas.

Em exame preliminar, a Comissão de Constituição e Justiça concluiu pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade da matéria.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “b”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O projeto em epígrafe tem por finalidade dar a denominação de Engenheiro Benedito Rennó ao trecho da Rodovia MGC-383 que liga o Município de Piranguçu à divisa com o Estado de São Paulo.

Antes de emitir seu parecer, a Comissão de Constituição e Justiça baixou a proposição em diligência à Secretaria de Estado de Governo, para que se manifestasse sobre a denominação pretendida, se o referido trecho já possui nome oficial e se existe, no município envolvido, outro próprio estadual com o mesmo nome que se pretende dar. O órgão enviou a Nota Técnica nº 284/2023, do Departamento de Estradas de Rodagem de Minas Gerais – DER-MG –, por meio da qual se mostrou favorável à pretensão do projeto em análise, uma vez que o próprio público que se pretende nomear não possui denominação oficial.

A proposta foi ainda baixada em diligência ao autor, para que enviasse a identificação precisa do trecho rodoviário a ser denominado, com seus marcos quilométricos inicial e final. Em resposta, o deputado Duarte Bechir, autor do projeto, encaminhou nota em que informa que não há outra especificação senão a descrita na proposição, reportando-se ainda à resposta favorável emitida pelo DER-MG, que faz menção somente ao “trecho da Rodovia MGC-383 que liga o Município de Piranguçu à divisa com o Estado de São Paulo”.

De posse das informações recebidas e expondo os argumentos a ela concernentes, a Comissão de Constituição e Justiça concluiu pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade da matéria na forma apresentada.

Em nossa análise, verificamos na base de dados oficial do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – Dnit – que o trecho de interesse consta como de jurisdição estadual. Por outro lado, não encontramos registros desse trecho, tampouco dos marcos quilométricos, na base de dados disponibilizada pelo DER-MG na internet.

Apesar disso, cotejando a informação oficial do Dnit – de que o trecho é de jurisdição estadual – com a resposta oficial do DER-MG no âmbito da tramitação do projeto – em que o órgão é favorável à denominação pretendida –, concluímos que o trecho é de jurisdição estadual, o que permite que a ele seja dado um nome. E, tendo em vista que Benedito Rennó foi de fato uma pessoa com grandes contribuições àquela região do Sul de Minas, consideramos justa e meritória a homenagem a ele por meio da aposição do seu nome no citado trecho rodoviário.

Conclusão

Em face do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.329/2023, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 11 de fevereiro de 2025.

Thiago Cota, relator.

RELATÓRIO DE VISITA

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Finalidade: Averiguar possíveis irregularidades na atividade de extração mineral.

Local Visitado: Mina Granja Corumi, da Empresa de Mineração Pau Branco Ltda. – Empabra –, na Serra do Curral, partindo da Avenida Prof. Navantino Alves, 868 – Cidade Jardim Taquaril, em Belo Horizonte.

Data: 3/6/2024

Apresentação

A Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, a requerimento da deputada Bella Gonçalves, visitou, em 3/6/2024, a Mina Granja Corumi, da Empresa de Mineração Pau Branco Ltda. – Empabra –, na Serra do Curral, para verificar possível extração irregular de minério, sem o correspondente licenciamento ambiental.

Participaram da visita as deputadas Beatriz Cerqueira e Bella Gonçalves, acompanhadas por Duda Salabert, deputada federal; Rogério Correia, deputado federal; Iza Lourença, vereadora de Belo Horizonte; Pedro Tavares Lima e Heleno Maia Santos Marques do Nascimento, do Conselho Estadual de Política Ambiental – Copam –; Euler de Carvalho Cruz e Júlio Grillo, do Fórum Permanente São Francisco, Jeanine Renata Souza Oliveira, do Movimento Mexeu com a Serra do Curral Mexeu Comigo; Rômulo Gabriel Araújo Dias, engenheiro responsável da Empabra; Nívio Tadeu Lasmar Pereira, geólogo da Empabra; Ana Laura Braga, relações institucionais da Empabra; além de representantes da fiscalização ambiental da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – e da Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SMMA – de Belo Horizonte, e outras pessoas da sociedade civil interessadas na temática.

Relato

Os antecedentes, a contextualização e a caracterização do empreendimento minerário descritos a seguir foram extraídos dos relatórios de visitas técnicas da Comissão de Administração Pública, realizadas em 9/5/2022 e 27/5/2022. Esses tópicos foram integrados a este relatório para que cada peça tenha o inteiro teor dos fatos que circundam o tema.

Antecedentes

A Serra do Curral é um marco do processo de ocupação de Minas Gerais, pois, como divisora das águas das Bacias dos Rios das Velhas, a leste, e Paraopeba, a oeste, foi determinante para a definição das formas de apropriação do território pelas comunidades que aqui se instalaram.

Essa cadeia de montanhas foi também a referência em relação à qual a nova Capital do Estado foi planejada por sua Comissão Construtora, no fim do século XIX. Verdadeiro anfiteatro para a República que se instalava, da qual Belo Horizonte veio a ser grande referência, o alinhamento montanhoso foi, assim, o primeiro importante referencial urbano. Decorre daí o fato de a Comissão Construtora, contrariando a convenção cartográfica, orientar seus mapas no sentido sul. A área voltada para Belo Horizonte, em sua parte mais alcantilada, que inclui o Pico Belo Horizonte, recebeu proteção federal por tombamento na década de 1960.

Ao longo dos séculos, a serra testemunhou as transformações da economia da região. Na atividade minerária, foi palco da ascensão e do declínio do Ciclo do Ouro, nos séculos XVIII e XIX, e do acelerado desenvolvimento da mineração de ferro, que se tornou uma das principais fontes de riqueza do Estado e do País durante o século XX. Especialmente a partir da década de 1990, em função de intensa mobilização popular, os ciclos de espoliação dos recursos minerais foram interrompidos, cedendo à perspectiva do reconhecimento dos valores históricos, culturais e ambientais da Serra do Curral.

Em 1990, a Capital protegeu por meio de sua lei orgânica (art. 224), como patrimônio cultural e ambiental, a vertente belo-horizontina “do alinhamento montanhoso da Serra do Curral, compreendendo as áreas do Taquaril ao Jatobá”, e diversas unidades de conservação foram criadas na região. O tombamento definitivo veio em 16 de dezembro de 2003¹, portanto, há mais de 20 anos, quando foram determinadas as diretrizes de proteção do perímetro de entorno/vizinhança da serra.

Por essa importância histórica, geográfica, geológica e simbólica, há grande mobilização pela preservação da serra no âmbito estadual, pois o tombamento, nesse caso, teria o condão de dar um tratamento de conjunto a todo o alinhamento montanhoso, para além das perspectivas locais. Ademais, a continuidade de exploração na região pode comprometer o cartão-postal de Belo Horizonte, não só ambientalmente, mas socioculturalmente.

Contextualização

Na década de 1950, a Empabra iniciou as atividades de extração mineral na Mina Granja do Corumi, localizada em Belo Horizonte, próximo dos limites com os Municípios de Nova Lima e Sabará. A exploração da mina por décadas sem controle ambiental e lavra definida resultou na abertura de uma cratera de 70 metros de profundidade em área de 66 hectares de extensão. Em 1990, a Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte determinou o tombamento de todo o perímetro da Serra do Curral e as atividades da empresa foram ali interrompidas.

Em 2003, a Empabra assumiu com o Ministério Público de Minas Gerais – MPMG – o compromisso de recuperar ambientalmente a área por meio de um Plano de Recuperação de Áreas Degradadas – Prad –, que, posteriormente, foi aprovado pelo Conselho Municipal de Meio Ambiente de Belo Horizonte. Segundo o Prad, a empresa foi autorizada a retirar quatro milhões de toneladas do denominado “fino do minério” ali depositado, com a finalidade de reconformação e recuperação do local.

No ano de 2015, a Semad atestou mineração realizada em área não autorizada. A empresa foi multada e suas atividades paralisadas. Posteriormente, a Empabra iniciou um processo para obter da Semad uma Licença de Operação Corretiva – LOC –, que foi indeferido por motivo de impossibilidade técnica. No entanto, mediante assinatura de um termo de Ajustamento de Conduta – TAC –, em 2016 e 2017 foi garantida a continuidade da exploração da Serra do Curral pela mineradora.

Nos anos de 2017 e 2018, a fiscalização registrou, novamente, a mineração em áreas fora do perímetro autorizado, dentro do Parque Estadual da Baleia, área de conservação ambiental de Belo Horizonte. As atividades foram novamente paralisadas, e a empresa multada pelo descumprimento de obrigações do TAC. Além disso, constatou-se que a Empabra forneceu informações divergentes à Semad e à Prefeitura de Belo Horizonte relacionadas à quantidade de minério a ser extraído.

Na Câmara Municipal de Belo Horizonte, foi instalada Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI –, cuja conclusão, em 2019, apontou que a Empabra alterou o perfil do solo e reduziu a capacidade de armazenamento de água de afluentes de significativa importância hídrica, responsável pela recarga de nascentes no Córrego da Baleia. Também foi detectado que as atividades irregulares da empresa impactaram ainda o Córrego Taquaril, o que reduziu seu volume de água. Assim, a CPI recomendou a suspensão imediata das atividades da mineradora.

A Empabra voltou a minerar na Serra do Curral e incorreu em uma série de irregularidades, como a não realização da recuperação ambiental definida no Prad e a extração de quantidades de minério fino muito acima do permitido, além da abertura de lavras de exploração em perímetros diferentes do acordado com o MPMG.

Em janeiro de 2019, a Semad autorizou a retirada de material já lavrado e beneficiado que se encontrava no pátio da empresa. No entanto, houve um atraso no início desse processo, uma vez que havia uma restrição de escoamento pela Rodovia MG-030. A empresa iniciou melhorias na estrada de Rio Peixe e só começou essa remoção em abril de 2019. Em agosto do mesmo ano, foi concedido prazo de 90 dias para a Empabra finalizar o recolhimento e apresentar novo Prad.

Em vistoria realizada em setembro de 2019, constatou-se que, além da retirada do minério, havia atividade de lavra em talude sem autorização do órgão ambiental. Foi então solicitado à empresa a apresentação de cronograma de obras emergenciais. Em outubro de 2019, a Empabra protocolou documento com as medidas necessárias para mitigação de impactos no período chuvoso, como a implantação de obras e atividades para manutenção do sistema de drenagem e de contenção dimensionado para direcionamento do fluxo de água pluvial, a estabilidade geotécnica dos taludes, a correção de drenagem dos bancos, a correção de ravinamento e demais processos erosivos ao longo dos taludes, a correção pontual do processo de revegetação, o desassoreamento de bacias de contenção de sedimentos e fluxo de água pluvial, entre outras. Em novembro daquele ano, o novo Prad foi apresentado.

Ao longo dos anos seguintes, observou-se que a empresa cumpriu medidas emergenciais, porém não adotou medidas efetivas para recuperação da área degradada. Em outubro de 2023, a mineradora foi autorizada pela Agência Nacional de Mineração – ANM – a atuar na recuperação do local, com obras emergenciais para evitar deslizamentos, vazamentos e outros problemas no período chuvoso. Em adição, foi autorizada a comercializar 800 mil toneladas de minério já beneficiado e estocado, assim como o material proveniente das intervenções necessárias.

Em maio de 2024, por decisão da Prefeitura de Belo Horizonte – PBH –, o trabalho foi novamente interrompido. Na sequência, a empresa obteve liminar deferida em 12/6/2024 e retornou às atividades. Porém, em 18/6/2024, a Justiça proibiu as atividades da Empabra na Mina Granja do Corumi.

Relato da Visita

Os participantes compareceram à portaria da empresa alguns minutos antes do horário agendado para a visita, mas encontrou resistência da empresa a autorizar o cadastro e o acesso a todos os que lá se encontravam. Da equipe técnica da ALMG, inicialmente permitiram apenas a entrada dos servidores efetivos e barraram os terceirizados. Só após a chegada da autora do requerimento, deputada Bella Gonçalves, é que foi liberada a entrada de toda a equipe. Já os representantes da sociedade civil e os integrantes de movimentos sociais não puderam acompanhar a visita, sob a justificativa de não haver equipamentos de proteção individual – EPIs – suficientes para todos.

Terminados os cadastros, os participantes foram encaminhados a uma sala para vestirem os EPIs e, após um lanche oferecido pela empresa, seguiram em comboio até o ponto mais alto da Mina Granja Corumi.

Enquanto era realizado o deslocamento, observaram-se três bacias de amortecimento, denominadas Sump 1, 2 e 3, que são responsáveis por conter águas pluviais e material carreado.



Vista superior dos Sumps 1, 2 e 3
Foto: Luiz Santana

Os visitantes se reuniram próximo ao Sump 4, em que, segundo o engenheiro responsável da Empabra, Rômulo Gabriel Araújo Dias, não houve retirada de nenhum material em razão de o plano de fechamento de mina ainda não ter sido aprovado. Ele esclareceu que foi protocolado na PBH e na Semad o Plano de Recuperação de Área Degradada – Prad –, e que, devido ao impasse para iniciar a recuperação, a Agência Nacional de Mineração – ANM – entendeu pela necessidade de apresentação de um plano de fechamento de mina com o respectivo Prad.



Visitantes ao lado do Sump 4
Foto: Luiz Santana

O engenheiro acrescentou que em 2018 e 2019, a ANM autorizou a remoção do minério que já estava declarado e permitiu a comercialização do produto final, o que perfaz o montante de 800 mil toneladas do produto. Informou que um Plano Ambiental de Fechamento de Mina – Pafem – será protocolado na Semad ainda no mês de junho. Pontuou que uma área em avançado processo de erosão causada pelas chuvas ainda não começou a ser recuperada, tendo em vista a paralisação das atividades e a necessidade de aprovação do Pafem.



Área com avançada erosão ao fundo
Foto: Luiz Santana

Por fim, ele esclareceu que o fino de minério observado na entrada da empresa é resultado da ação de desassoreamento de material carregado pelas águas das chuvas e acumulado nos Sumps 1, 2 e 3. Informou que fazem parte da equipe na Mina Granja Corumi, atualmente, cerca de 13 pessoas, incluindo motoristas de caminhões e de escavadeiras, entre outros.

Ao observar a situação da mina, a deputada Beatriz Cerqueira afirmou que a empresa não realizou nenhuma recuperação ambiental da área. Ela entende que a Empabra continua realizando exploração mineral, com a desculpa de recuperar a degradação do local.

Na sequência, o geólogo da empresa, Nívio Lasmár, explicou mais detalhadamente o Prad e o Plano de Fechamento de Mina protocolados na ANM, que tratam de questões socioambientais, de segurança, de aspectos relativos à área já minerada e às reservas remanescentes. Além disso, diferenciou minério bruto de minério de ferro comercializável. Tratou também do Pafem, que será protocolado na Fundação Estadual de Meio Ambiente – Feam – ainda em junho de 2024, no qual serão tratadas questões socioeconômicas, trabalhistas, das comunidades do entorno e dos aspectos físicos e bióticos da área. Esclareceu que o plano apresentado à ANM abrange toda a área da Empabra e o Pafem, que será entregue à Feam, trata apenas do perímetro correspondente ao título minerário.



Nívio Lasmar, geógrafo da Empabra, presta esclarecimentos aos visitantes
Foto: Luiz Santana

Nesse momento, a deputada federal Duda Salabert lembrou das reclamações da comunidade sobre a movimentação de entrada e saída de caminhões durante a noite. Questionou sobre a segurança dos trabalhadores envolvidos nessas operações e sobre o cronograma de obras para garantir a estrutura de drenagem. Também perguntou se o Prad estabelece os horários de funcionamento das atividades. O engenheiro responsável da empresa explicou que a movimentação noturna ocorreu em função do prazo estabelecido pela ANM para o cumprimento de obrigações estabelecidas no plano de fechamento de mina.



Deputada federal Duda Salabert, ao centro
Foto: Luiz Santana

A deputada Bella lembrou que a empresa teve a oportunidade de recuperar a área degradada no período de 2012 a 2018 e não o fez. Sobre isso, o engenheiro explicou que a mina foi dividida em cinco módulos. Os dois primeiros são taludes localizados na entrada da empresa, que foram recuperados, por meio de ação com suporte científico para formação de vegetação de campo rupestre. Nos outros, os taludes foram reforçados, o chamado “retaludamento”, de modo que se possa executar recuperação semelhante àquela operada nos módulos 1 e 2. No entanto, acrescentou que, devido aos embargos sofridos pela empresa, não foram concluídos os sistemas de drenagem dos taludes e nem houve plantio de vegetação nesses locais, o que impede a recuperação completa da área.

Detalhou que, posteriormente, com o fechamento da mina a partir de 2018, esses taludes acabaram se degradando devido à falta desses procedimentos completos de recuperação. Apontou, ademais, que o talude no ponto mais alto da mina precisa de um muro com cerca de 100 metros de extensão e 7 metros de altura, e depois, de uma operação de “retaludamento” para fazê-lo avançar e para estabilizá-lo. Associada a isso, seria necessária uma geometrização com uma estrutura de contenção na sua parte inferior.

O engenheiro acrescentou que o Prad tem um cronograma de cinco anos de obras robustas, por meio das quais toda a superfície terá os taludes reforçados. Além disso, essas estruturas serão monitoradas por mais cinco anos.



Engenheiro responsável da Empabrá mostrando áreas onde os taludes precisam ser reforçados
Foto: Luiz Santana

Júlio Grillo, do Fórum Permanente São Francisco, alertou que essa conduta de não finalizar o “retaludamento”, o plantio de vegetação e o sistema de drenagem beneficia a empresa, uma vez que ela acabará tendo que repetir o processo e, assim, poderá comercializar o material resultante dele. Isso porque o Prad e o Plano de Fechamento de Mina da ANM estabelecem que poderá ser comercializado todo o produto de escavação que estiver dentro da área do título mineral a ser descomissionado.



Júlio Grillo do Fórum Permanente São Francisco
Foto: Luiz Santana

Euler Cruz, também do Fórum Permanente São Francisco e morador do entorno, confirmou a existência de caminhões transitando durante toda a noite na área da mina, desde outubro de 2023. Apontou que onde está o Sump 4, na verdade é lençol freático exposto e que ali, anos atrás, havia uma montanha com plantação de eucaliptos. Frisou que essa exposição do lençol freático está secando as nascentes do Parque Estadual Florestal da Baleia. Em resposta, o engenheiro responsável disse que, por se tratar de uma área de mineração, é essa a forma normal de exploração.

Dando continuidade à sua fala, Euler Cruz lembrou que, ao longo dos 12 anos de atividade da mineradora, os taludes nunca foram preparados corretamente para se evitarem novas erosões em época de chuvas, ou seja, não foi feita nenhuma canaleta na parte superior dos taludes para que as águas das chuvas não desçam por eles e causem erosão em toda a encosta. Segundo o morador, a Empabra está se omitindo de tomar essa providência, para que ocorra erosão nos taludes e, por consequência, seja necessário retaludá-los. Nessa manobra, a cava é expandida, o que demanda a recuperação da inclinação e a retirada dos caminhos de chuva. Ele afirmou que isso está se repetindo a cada ano, de modo que os taludes estão se afastando do centro da cava e mais minério está sendo retirado. Além disso, manifestou a crença de que os taludes foram feitos de forma mais íngreme para facilitar a erosão e, por consequência, serem retrabalhados para a retirada de mais minério. Por fim, Euler destacou que os *sumps* foram aumentados, porque deles foi retirado material para ser vendido e que em outra área onde havia um pequeno *sump* sem pilha de rejeitos está sendo aberta, na verdade, uma nova cava de grandes proporções.



Euler Cruz do Fórum Permanente São Francisco
Foto: Luiz Santana

Na sequência, os participantes caminharam para outro ponto, de onde se pôde ter uma visão panorâmica do local visitado. Foi quando o deputado federal Rogério Correia se juntou ao grupo. Ele contou que na Câmara dos Deputados, a Comissão Externa sobre Fiscalização dos Rompimentos de Barragens e Repactuação acompanha os trabalhos de mineração, especialmente no Estado de Minas Gerais, tanto em relação às consequências dos rompimentos das barragens em Brumadinho e Mariana, quanto à situação das outras estruturas desse tipo e à exploração mineral do território. O parlamentar afirmou ter solicitado que o relatório dessa comissão lhe seja encaminhado. Assim, poderá repassá-lo à Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Assembleia, para que, por sua vez, ela possa buscar esclarecimentos da ANM sobre o caso da Empabira.

A ativista ambiental Jeanine Renata chamou atenção para o Parque Florestal Estadual da Baleia, em que, de acordo com ela, há degradação aparente e questionou se essa unidade de conservação será incluída no documento de recuperação. Os representantes da empresa esclareceram que o descomissionamento da mina ainda passará por ampla discussão, que envolverá vários segmentos da sociedade, e que certamente serão incluídas demandas dos órgãos ambientais competentes e da sociedade.

Por fim, o engenheiro responsável explicou que não se pode mexer no material estocado nos taludes, uma vez que demandaria alterar a geometria do talude geral. Isso poderá afetar a parte superior da montanha, que inclui o Pico Belo Horizonte, acrescentou. Mostrou que os degraus dos taludes não poderão ser movimentados antes de aprovadas as atividades do Plano Ambiental de Fechamento de Mina.



Taludes com material minerado
Foto: Luiz Santana

Conclusão

O objetivo da visita técnica era entender como está a situação da área da Mina Granja Corumi e verificar as denúncias de extração ilegal de minério de ferro pela Empabra, que extrapolaria o limite de retirada do material empilhado, que é o objeto de autorização da ANM.

Concluiu-se que não houve recuperação no local. Ao contrário, a empresa avançou na mineração e na destruição da Serra do Curral. Foi constatada a retirada de material mineral para comercialização, o aprofundamento da cava onde se encontra o Sump 4, a abertura de nova cava, a irregularidade nos taludes e a ausência de medidas de contenção das erosões, além de confirmada a movimentação de caminhões no período noturno, gerando transtornos para a comunidade e insegurança para os trabalhadores.

A visita reforçou a visão dos parlamentares e dos participantes sobre a ausência de informações claras sobre o processo de recuperação da área degradada da Mina Granja Corumi e sobre a urgência na busca de uma solução para o problema. Permitiu, ainda, a percepção mais apurada da ameaça que a continuidade das operações da empresa podem acarretar à Serra do Curral e ao Pico de Belo Horizonte.

Não foi possível que todos os aspectos referentes ao tema fossem observados, mas foram proveitosos os argumentos contrapostos de conhecedores da área, de ambientalistas e de moradores da comunidade.

A sequência da atuação parlamentar ligada ao tema envolve o seguinte encaminhamento:

– Realização de audiência pública na ALMG, cujo requerimento já foi aprovado na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Requerimento de Comissão nº 5.814/2023), para debater a recente autorização da Agência Nacional de Mineração – ANM – e da Fundação Estadual do Meio Ambiente – Feam – para que a Empresa de Mineração Pau Branco – Empabra – volte às suas atividades na Mina Granja Corumi na Serra Curral.

Nesse contexto, a deputada Bella Gonçalves ressaltou que a audiência servirá para se reunirem todas as informações que envolvem a atuação da Empabra no local, como o resultado da CPI da Serra do Curral da Câmara Municipal de Belo Horizonte, o cronograma das ações, o que foi e o que deixou de ser executado do primeiro Plano de Recuperação de Área Degradada, o conteúdo

do Plano Ambiental de Fechamento de Mina recentemente apresentado ao órgão ambiental estadual, dentre outros documentos e dados necessários ao acompanhamento da situação.

Cabe agora à comissão continuar acompanhando o tema, no campo de sua competência regimental.

Sala das Comissões, 16 de outubro de 2024.

Bella Gonçalves, relatora.

<http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=916017> Acesso em: 27 jun. 2022



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 10/2/2025, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos, relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

tornando sem efeito o ato, publicado na edição de 6/2/2025, que nomeou Pablo Ferreira Braga, padrão VL-21, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Caporezzo;

exonerando Bruna Suellen Duarte Godoi Nicolau, padrão VL-46, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado João Junior;

exonerando Dhiego de Andrade Santos, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Nayara Rocha;

exonerando Sidnei Junior da Silva, padrão VL-45, 6 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Ana Paula Siqueira;

nomeando Antônio Afonso Duarte, padrão VL-13, 6 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Ana Paula Siqueira;

nomeando Dhiego de Andrade Santos, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete de Vice-Liderança do Governo, vice-líder deputada Nayara Rocha;

nomeando Enedino Garcia Garzone Junior, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete da Comissão de Agropecuária e Agroindústria;

nomeando Geraldo Pereira Filho, padrão VL-9, 6 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Carol Caram;

nomeando Humberto Lopes de Assis Silva, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete da Vice-Liderança do Bloco Democracia e Luta, vice-líder deputado Marquinho Lemos;

nomeando Ione Carvalho Oliveira, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete da Comissão de Saúde;

nomeando Jose Carlos Barbosa Leal, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete da Vice-Liderança do Bloco Democracia e Luta, vice-líder deputado Lucas Lasmar;

nomeando Ricardo Alves de Oliveira, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social;

nomeando Rodrigo Márcio de Souza, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete de Vice-Liderança do Governo, vice-líder deputado Bosco.

TERMO DE CONTRATO Nº 3/2025**Número no Siad: 9447745**

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Infra Jornalismo Ltda. ME. Objeto: contratação de empresa de fornecimento de boletins diários de notícias do setor de infraestrutura de transportes e de energia. Vigência: um ano contado a partir da publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP –, prorrogável na forma da lei. Licitação: dispensada, nos termos do art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133, de 2021. Dotação orçamentária: 1011.01.031.729.4239.0001.3390.10.1.

TERMO DE ADITAMENTO Nº 3/2025**Número no Siad: 9414329-4**

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Conservadora Campos e Serviços Gerais Ltda. Objeto do contrato: prestação de serviços de condução de veículos automotores e de mecânica automotiva, com dedicação exclusiva de mão de obra. Objeto do aditamento: revisão do preço para manutenção do equilíbrio financeiro e econômico pactuado no contrato, em decorrência do reajuste da tarifa do vale-transporte e do reajuste nos valores de diárias de viagem em decorrência da Deliberação da Mesa nº 2.854, de 2024. Vigência: a partir da data de assinatura, com efeitos retroativos a 1º/1/2025. Dotação orçamentária: 1011.01.031.729.4239.0001 3.3.90 (10.1).

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 9/2025

Credenciante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Credenciada: Clínica Médica Odontológica Mais Vida Ltda. Objeto: prestação de serviços de assistência odontológica, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, aos usuários da assistência odontológica da credenciante, previstos na Deliberação da Mesa nº 2.565, de 2013, nas especialidades de clínica odontológica geral, implantodontia, endodontia e ortodontia, reconhecidas pelo Conselho Regional de Odontologia de Minas Gerais – CRO-MG –, de acordo com a tabela de procedimentos odontológicos da credenciante. Vigência: da data de publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP – até o dia 17/6/2034, termo final de validade do Credenciamento nº 2/2024, conforme o item 9.5.15 do respectivo edital. Licitação: inexigível, nos termos do art. 74, inciso IV, combinado com o art. 79, da Lei Federal nº 14.133, de 2021. Dotação orçamentária: 1011.01.031.729.4239.0001-3.3.90 (10.1).

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 10/2025

Credenciante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Credenciada: M&L Odontologia Ltda. Objeto: prestação de serviços de assistência odontológica, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, aos usuários da assistência odontológica da credenciante, previstos na Deliberação da Mesa nº 2.565, de 2013, nas especialidades de clínica odontológica geral, radiologia odontológica, odontopediatria, ortodontia e prótese dentária, reconhecidas pelo Conselho Regional de Odontologia de Minas Gerais – CRO-MG –, de acordo com a tabela de procedimentos odontológicos da credenciante. Vigência: da data de publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP – ao dia 17/6/2034, termo final de validade do Credenciamento nº 2/2024, conforme o item 9.5.15 do respectivo edital. Licitação: inexigível, nos termos do art. 74, inciso IV, combinado com o art. 79, da Lei Federal nº 14.133, de 2021. Dotação orçamentária: 1011.01.031.729.4239.0001-3.3.90 (10.1).